



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SIMULADO Nº 2 · PADRÃO VUNESP

PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Simulado inédito · Setembro de 2026

NOME DO CANDIDATO

DATA

HORÁRIO DE INÍCIO

INSTRUÇÕES

1. Este caderno contém **70 questões objetivas**, cada uma com cinco alternativas (A, B, C, D e E), das quais **apenas uma é correta**, e uma **proposta de redação**.
2. Transcreva suas respostas para a **Folha de Respostas**, preenchendo completamente o alvéolo correspondente à alternativa escolhida, com caneta de tinta preta.
3. A redação deve ser um texto **dissertativo-argumentativo**, em prosa, redigido de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa. Use a folha de rascunho e passe a versão final para a **Folha de Redação**, que tem 30 linhas.
4. Para reproduzir as condições da prova, resolva o simulado de uma só vez, sem consulta, dentro do tempo de duração da prova: **5 horas**.
5. Ao final do caderno estão as **questões comentadas**, alternativa por alternativa, e o **gabarito**. Consulte-os somente após concluir a prova.

Disciplina	Questões	Total
Língua Portuguesa	01 a 16	16
Direito Penal	17 a 21	5
Direito Processual Penal	22 a 26	5
Direito Constitucional	27 a 31	5
Direito Processual Civil	32 a 36	5
Direito Administrativo	37 a 41	5
Legislação Interna	42 a 46	5
Atualidades e Direitos da Pessoa com Deficiência	47 a 50	4
Matemática	51 a 54	4
Informática	55 a 63	9
Raciocínio Lógico	64 a 70	7
Total		70

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 07.

O elogio da pausa

Vivemos sob a tirania do relógio. Nunca se falou tanto em produtividade, e nunca tantas pessoas se declararam exaustas. A agenda cheia tornou-se sinal de prestígio, como se o valor de alguém pudesse ser medido pela quantidade de compromissos que acumula. Quem para, ainda que por alguns minutos, costuma sentir-se culpado, porque aprendeu que o descanso é um luxo reservado aos que já cumpriram todas as tarefas.

Esse raciocínio, embora sedutor, é falacioso. Pesquisas na área da neurociência indicam que o cérebro consolida o aprendizado justamente nos intervalos, quando parece não estar fazendo nada. A pausa, portanto, não é o oposto do trabalho; é parte dele. Ignorar essa evidência equivale a acreditar que um atleta melhora seu desempenho treinando sem jamais descansar os músculos.

Não se trata de fazer apologia da preguiça nem de desprezar o esforço, que continua indispensável a qualquer conquista. O que se questiona é a ideia de que a ocupação permanente seja, por si só, virtude. Muitas vezes, a pressa apenas disfarça a falta de rumo: corre-se muito, mas não se sabe exatamente para onde.

As empresas começam a perceber o custo dessa cultura. Afastamentos por esgotamento, erros causados pelo cansaço e a perda de talentos que buscam uma vida mais equilibrada têm levado organizações a rever jornadas e metas. Ainda assim, mudanças de estrutura pouco adiantam se cada indivíduo continuar a enxergar o descanso como fraqueza.

Talvez o primeiro passo seja resgatar o sentido original do ócio, que, para os antigos, não era sinônimo de vadiagem, mas de tempo livre dedicado à reflexão. Reservar momentos para não fazer nada não é desperdício: é condição para que o que fazemos tenha qualidade e significado.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

01 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em seu artigo, o autor defende que

A) a ocupação permanente deve ser substituída pelo ócio, já que o esforço deixou de ser indispensável às conquistas.

B) o descanso deve ser compreendido como parte do trabalho, e não como prêmio reservado a quem já cumpriu todas as tarefas.

C) as empresas já resolveram o problema do esgotamento ao rever jornadas, restando aos indivíduos apenas adaptar-se.

D) a neurociência comprovou que pessoas com agenda cheia aprendem menos do que aquelas que não trabalham.

E) a pressa é invariavelmente sinal de falta de rumo, razão pela qual quem trabalha muito ignora aonde quer chegar.

02 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Esse raciocínio, **embora** sedutor, é falacioso. (2º parágrafo)
- A pausa, **portanto**, não é o oposto do trabalho... (2º parágrafo)
- **Ainda assim**, mudanças de estrutura pouco adiantam... (4º parágrafo)

As expressões destacadas estabelecem, correta e respectivamente, relações de

A) condição; explicação; adição.

B) causa; consequência; conclusão.

C) concessão; explicação; tempo.

D) oposição; causa; concessão.

E) concessão; conclusão; oposição.

03 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Vivemos sob a **tiranía** do relógio. (1º parágrafo)
- Esse raciocínio, embora sedutor, é **falacioso**. (2º parágrafo)
- Não se trata de fazer **apologia** da preguiça... (3º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente,

A) domínio opressivo; enganoso; defesa.

B) desordem; ultrapassado; crítica.

C) controle moderado; ilógico; recusa.

D) influência passageira; convincente; defesa.

E) domínio opressivo; verdadeiro; condenação.

04 – (Inédita – Padrão Vunesp) O termo destacado é pronome relativo em:

- A) Pesquisas na área da neurociência indicam **que** o cérebro consolida o aprendizado... (2º parágrafo)
- B) Quem para, ainda **que** por alguns minutos, costuma sentir-se culpado... (1º parágrafo)
- C) ...pela quantidade de compromissos **que** acumula. (1º parágrafo)
- D) ...a ideia de **que** a ocupação permanente seja, por si só, virtude. (3º parágrafo)
- E) ...equivale a acreditar **que** um atleta melhora seu desempenho... (2º parágrafo)

05 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa em que a regência atende à norma-padrão.

- A) O descanso é um direito que muitos trabalhadores abrem mão por receio de parecerem improdutivos.
- B) O descanso é um direito que muitos trabalhadores aspiram, mas poucos exercem.
- C) O descanso é uma necessidade que muitos trabalhadores desconfiam, por julgá-la sinal de fraqueza.
- D) O descanso é um tema que muitos gestores se referem com desdém.
- E) O descanso é um direito de que muitos trabalhadores se esquecem por receio de parecerem improdutivos.

06 – (Inédita – Padrão Vunesp) A concordância verbal e a concordância nominal estão de acordo com a norma-padrão em:

- A) Havia muitas pessoas que se declaravam exaustas, mas poucas admitiam precisar de pausas.
- B) Os afastamentos por esgotamento e a perda de talentos tem levado as empresas a rever suas metas.
- C) Faz alguns anos que as organizações começaram a rever jornadas, e já existem resultados positivos.
- D) Cada um dos trabalhadores exaustos precisam de pausas bastante longas ao longo do dia.
- E) Devem haver menos cobranças excessivas para que os funcionários trabalhem com qualidade.

07 – (Inédita – Padrão Vunesp) Se os gestores _____ as metas, os funcionários não se indisporiam com a empresa. Quando a equipe _____ pausas regulares, ninguém _____.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) revessem ... propôs ... opôs-se
- B) revessem ... propôs ... se opôs
- C) revissem ... propusera ... opôs-se
- D) revissem ... propôs ... se opôs
- E) revissem ... propunha ... opôs-se

Leia o texto para responder às questões de 08 a 12.

O guarda-chuva

Durante anos, dona Lurdes emprestou o mesmo guarda-chuva a meio prédio. Era preto, de cabo de madeira, com uma vareta torta que ela nunca mandou consertar. Bastava o céu escurecer para alguém bater à porta do 302, meio sem jeito, pedindo socorro. Ela entregava o objeto com a recomendação de sempre: “Traz de volta, que ele é de estimação”.

E ele sempre voltava. Voltava molhado, às vezes com uma folha grudada, uma vez com um bilhete de agradecimento preso ao cabo. Eu mesmo o usei numa tarde de março, quando a chuva me pegou desprevenido na saída do metrô, e confesso que andei com cuidado dobrado, como quem carrega algo que não lhe pertence por inteiro.

Quando dona Lurdes se mudou para a casa da filha, no interior, fez questão de descer ao térreo e deixar o guarda-chuva pendurado no gancho ao lado das caixas de correio. Não houve cerimônia nem aviso; apenas um papel escrito à mão: “Para quem precisar”.

Desde então, o guarda-chuva passou a morar na portaria. Ninguém o leva para casa. Usa-se e devolve-se, como se houvesse entre os moradores um acordo tácito que nenhum síndico jamais precisou redigir. Outro dia, reparei que alguém finalmente consertara a vareta torta.

Fico pensando que certas heranças não passam de pai para filho, mas de vizinho para vizinho. Dona Lurdes não deixou bens, nem dívidas, nem discursos. Deixou um hábito — e, talvez sem saber, uma forma de confiança que o prédio inteiro aprendeu a cumprir.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

08 – (Inédita – Padrão Vunesp) As informações do texto permitem concluir corretamente que o guarda-chuva

- A) foi deixado na portaria porque dona Lurdes não teria utilidade para ele na casa da filha.
- B) só passou a ser devolvido depois que o síndico estabeleceu regras para seu uso.
- C) foi consertado pela própria dona Lurdes antes da mudança para o interior.
- D) era emprestado apenas aos vizinhos com quem ela mantinha maior intimidade.
- E) simboliza uma relação de confiança entre os moradores, preservada mesmo após a partida de sua dona.

09 – (Inédita – Padrão Vunesp) As passagens – ...andei com cuidado redobrado, como quem carrega algo que não lhe pertence por inteiro. (2º parágrafo) – e – Usa-se e devolve-se, como se houvesse entre os moradores um acordo tácito que nenhum síndico jamais precisou redigir. (4º parágrafo) – estão, correta e respectivamente, interpretadas em:

A) O narrador demonstra zelo por um objeto emprestado, de valor afetivo para outra pessoa. / A devolução do objeto resulta de um entendimento implícito, jamais formalizado.

B) O narrador revela receio de ser acusado de furto pelos vizinhos. / Os moradores obedecem a um regulamento redigido pelo síndico.

C) O narrador mostra indiferença em relação ao objeto emprestado. / A devolução depende da fiscalização do porteiro.

D) O narrador admite o desejo de ficar com o objeto para si. / Os moradores discutiram em assembleia as regras de uso.

E) O narrador demonstra zelo por um objeto emprestado. / Os moradores devolvem o objeto por desconfiarem uns dos outros.

10 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nas passagens – E ele **sempre** voltava. (2º parágrafo) – e – ...com uma vareta **torta**... (1º parágrafo) –, os termos destacados são, na ordem, advérbio e adjetivo, assim como também, correta e respectivamente, os termos destacados em:

A) ...quando a chuva me pegou **desprevenido**... (2º parágrafo); ...andei com cuidado **redobrado**... (2º parágrafo)

B) ...bater à porta do 302, **meio** sem jeito... (1º parágrafo); ...emprestou o mesmo guarda-chuva a **meio** prédio. (1º parágrafo)

C) **Ninguém** o leva para casa. (4º parágrafo); ...às vezes com uma folha **grudada**... (2º parágrafo)

D) Outro dia, reparei que alguém **finalmente** consertara a vareta torta. (4º parágrafo); ...um acordo **tácito**... (4º parágrafo)

E) Desde **então**, o guarda-chuva passou a morar na portaria. (4º parágrafo); ...certas heranças **não** passam de pai para filho... (5º parágrafo)

11 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Não houve cerimônia **nem** aviso... (3º parágrafo)
- Traz de volta, **que** ele é de estimação. (1º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

A) tampouco; pois.

B) todavia; conquanto.

C) ou; portanto.

D) tampouco; embora.

E) além disso; a fim de que.

12 – (Inédita – Padrão Vunesp) A pontuação atende à norma-padrão em:

A) Dona Lurdes, emprestou o guarda-chuva a meio prédio durante anos.

B) Quando a chuva apertava os vizinhos, batiam à porta do 302, pedindo o guarda-chuva.

C) O guarda-chuva que era preto e tinha cabo de madeira, voltava sempre molhado.

D) Ao se mudar para o interior, dona Lurdes deixou o guarda-chuva na portaria; os moradores, desde então, usam-no e devolvem-no.

E) O narrador usou o guarda-chuva numa tarde de março e, andou com cuidado redobrado.

Leia o texto para responder às questões de 13 a 16.

Por que os adolescentes dormem tão tarde?

Pais costumam atribuir à preguiça o hábito dos filhos adolescentes de dormir tarde e acordar com dificuldade. A ciência, porém, oferece outra explicação. Durante a puberdade, o relógio biológico sofre um atraso natural: a melatonina, hormônio que sinaliza ao organismo a hora de dormir, passa a ser liberada mais tarde do que na infância.

O resultado é que muitos jovens simplesmente não sentem sono antes da meia-noite, ainda que precisem acordar cedo para a escola. Especialistas estimam que, nessa fase, o organismo necessite de oito a dez horas de sono por noite — meta raramente alcançada por quem tem aulas no início da manhã.

A privação crônica de sono não se resume a bocejos na sala de aula. Ela está associada a dificuldades de concentração, irritabilidade e queda no rendimento escolar. O uso de telas à noite agrava o quadro, já que a luz emitida por celulares e computadores retarda ainda mais a liberação da melatonina.

Diante dessas evidências, algumas redes de ensino, em diferentes países, experimentaram atrasar o início das aulas. Os resultados relatados incluem melhora na frequência e no humor dos estudantes. A medida, contudo, esbarra em obstáculos práticos, como a rotina

de trabalho das famílias e a organização do transporte escolar.

Enquanto o debate não se resolve, os especialistas recomendam ao menos o que está ao alcance de cada casa: horários regulares, quarto escuro e aparelhos eletrônicos longe da cama. Não é pouco. Tratar o sono como questão de saúde, e não de disciplina, já é um avanço.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

13 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa que traz a afirmação correta a respeito do texto.

- A) O atraso do sono na adolescência decorre sobretudo da falta de disciplina, como reconhecem os especialistas.
- B) A luz das telas é a única causa do atraso na liberação da melatonina entre os jovens.
- C) Atrasar o início das aulas trouxe resultados positivos relatados, mas a medida enfrenta dificuldades de ordem prática.
- D) Todos os adolescentes dormem de oito a dez horas por noite, desde que evitem o uso de telas.
- E) Os especialistas consideram inútil qualquer medida doméstica enquanto as escolas não mudarem seus horários.

14 – (Inédita – Padrão Vunesp) É correto afirmar que o texto

- A) narra a experiência de um adolescente que não conseguia acordar cedo para ir à escola.
- B) contrapõe uma explicação de senso comum a uma explicação de base científica para o mesmo comportamento.
- C) defende que as escolas sejam obrigadas por lei a iniciar as aulas no período da tarde.
- D) reúne opiniões divergentes de especialistas sobre a existência do atraso do relógio biológico.
- E) emprega linguagem técnica e hermética, própria de publicações dirigidas a médicos.

15 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- A privação **crônica** de sono não se resume a bocejos na sala de aula. (3º parágrafo)
- A medida, contudo, **esbarra em** obstáculos práticos... (4º parágrafo)

Os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente e sem prejuízo do sentido do texto, por:

- A) eventual; supera.
- B) grave; evita.
- C) persistente; depara com.
- D) prolongada; elimina.
- E) passageira; encontra.

16 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa em que os dois termos destacados estabelecem, no texto, a mesma relação de sentido.

- A) ...**ainda que** precisem acordar cedo...; ...**já que** a luz emitida por celulares...
- B) ...**já que** a luz emitida por celulares...; **Enquanto** o debate não se resolve...
- C) ...**ainda que** precisem acordar cedo...; ...horários regulares, quarto escuro **e** aparelhos eletrônicos...
- D) **Enquanto** o debate não se resolve...; A ciência, **porém**, oferece outra explicação.
- E) A ciência, **porém**, oferece outra explicação...; A medida, **contudo**, esbarra em obstáculos práticos...

DIREITO PENAL

17 – (Inédita – Padrão Vunesp) Mário, auditor fiscal municipal, exigiu de um comerciante o pagamento de taxa que sabia ser indevida, ameaçando, ainda, divulgar o suposto débito aos demais lojistas da região, meio vexatório que a lei não autoriza. O valor pago foi integralmente recolhido aos cofres públicos. Com base no Código Penal, é correto afirmar que Mário praticou

- A) concussão, sujeito à pena de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa, pois exigiu vantagem indevida em razão da função.
- B) corrupção passiva, com pena aumentada de um terço, por ter praticado o ato infringindo dever funcional.
- C) excesso de exação, sujeito à pena de reclusão, de 3 a 8 anos, e multa.

D) excesso de exação na forma qualificada, com pena de reclusão de 2 a 12 anos, por ter empregado meio vexatório.

E) prevaricação, pois praticou ato de ofício contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse pessoal.

18 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca do conceito de funcionário público para os efeitos penais, previsto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

B) Somente se considera funcionário público quem exerce cargo público mediante remuneração e em caráter permanente.

C) A pena dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral é aumentada da metade quando o autor ocupa cargo em comissão em órgão da administração direta.

D) Quem exerce função em entidade paraestatal não pode ser sujeito ativo de crime funcional, por não integrar a administração direta.

E) O aumento de pena previsto para os ocupantes de cargos em comissão aplica-se exclusivamente aos que atuam em sociedades de economia mista.

19 – (Inédita – Padrão Vunesp) Joana, servidora pública integrante da equipe responsável pela impressão das provas de um concurso público, divulgou a um amigo candidato, antes da aplicação, o conteúdo sigiloso das questões, com o fim de beneficiá-lo. A fraude foi descoberta e o certame precisou ser anulado, o que causou dano à administração pública. Com base no Código Penal, é correto afirmar que Joana

A) cometeu violação de sigilo funcional, punida com detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa, por ser esse o tipo penal específico para servidores.

B) cometeu fraude em certame de interesse público, com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, sem incidência de causa de aumento.

C) não cometeu crime, pois o delito somente se configuraria se o amigo tivesse sido efetivamente aprovado.

D) cometeu fraude em certame de interesse público, com pena aumentada da metade por ser funcionária pública.

E) cometeu fraude em certame de interesse público, na forma qualificada pelo dano à administração, com pena de reclusão, de 2 a 6 anos, e multa, aumentada de um terço por ser funcionária pública.

20 – (Inédita – Padrão Vunesp) Pedro, arrolado como testemunha em ação de cobrança entre particulares, fez afirmação falsa em seu depoimento. Dias depois, arrependido, compareceu em juízo, retratou-se e declarou a verdade, antes que fosse proferida a sentença naquele processo. Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que

A) Pedro responderá por falso testemunho, com pena reduzida de um sexto a um terço em razão da retratação.

B) o fato deixa de ser punível, pois a retratação ocorreu antes da sentença no processo em que se deu o ilícito.

C) a retratação é irrelevante, pois o crime se consumou no momento da afirmação falsa.

D) Pedro responderá por falso testemunho com pena aumentada de um sexto a um terço, por se tratar de processo civil.

E) a conduta é atípica, pois o crime de falso testemunho somente se configura em processo penal ou em inquérito policial.

21 – (Inédita – Padrão Vunesp) Durante o cumprimento de mandado de penhora, o executado, mediante violência contra o oficial de justiça, opôs-se à execução do ato, que, em razão dessa resistência, não se realizou. O oficial sofreu lesões leves. Com base no Código Penal, o executado praticou

A) desobediência, sujeita à pena de detenção, de 15 dias a 6 meses, e multa.

B) desacato, sujeito à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa.

C) resistência simples, com pena de detenção, de 2 meses a 2 anos, ficando absorvida a pena correspondente à violência.

D) resistência, na forma do § 1º do art. 329, com pena de reclusão, de 1 a 3 anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

E) exercício arbitrário das próprias razões, que somente se processa mediante queixa.

22 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre as citações no processo penal, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- A) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e o juiz determinará a citação por edital, com prazo de 15 dias.
- B) Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo seguirá à sua revelia, com nomeação de defensor dativo.
- C) Se o réu estiver preso, será citado por meio de requisição ao diretor do estabelecimento prisional, dispensada a citação pessoal.
- D) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, sem suspensão do prazo prescricional.
- E) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa; completada esta, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

23 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca dos procedimentos ordinário e sumário, disciplinados no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) No procedimento sumário, aplicável aos crimes cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade, poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa, e a audiência de instrução e julgamento será realizada no prazo máximo de 30 dias.
- B) No procedimento ordinário, poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa, computadas nesse número as que não prestem compromisso.
- C) O procedimento ordinário é aplicável aos crimes cuja sanção máxima cominada seja superior a 4 anos, não abrangendo aqueles cuja pena máxima seja exatamente de 4 anos.
- D) Na audiência de instrução e julgamento do procedimento ordinário, o acusado será interrogado antes da inquirição das testemunhas de acusação e de defesa.
- E) No procedimento ordinário, as alegações finais orais serão oferecidas pelo prazo de 30 minutos para cada parte, improrrogáveis.

24 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre o procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- A) O Tribunal do Júri é composto por 1 juiz togado, seu presidente, e por 21 jurados sorteados dentre os alistados, 7 dos quais constituirão o Conselho de Sentença.
- B) O juiz presidente declarará instalados os trabalhos desde que compareçam, pelo menos, 7 jurados, número suficiente para compor o Conselho de Sentença.
- C) À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 cada parte, sem motivar a recusa.
- D) O tempo destinado à acusação e à defesa será de 2 horas para cada, e de 1 hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
- E) Estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 60 anos que requeiram sua dispensa.

25 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito dos recursos no processo penal, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Penal.

- A) Cabe apelação da decisão que não receber a denúncia ou a queixa.
- B) Os embargos de declaração opostos aos acórdãos dos tribunais deverão ser apresentados no prazo de 5 dias, contados da publicação.
- C) O Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto, desde que o faça antes do julgamento.
- D) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que pronunciar o réu, bem como da que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.
- E) Contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.

26 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei nº 9.099/1995, a respeito da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

A) é cabível exclusivamente para as infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas aquelas com pena máxima não superior a 2 anos.

B) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por 2 a 4 anos, não correndo a prescrição durante o prazo de suspensão.

C) a suspensão será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por contravenção penal.

D) expirado o prazo sem revogação, o processo retomará seu curso para o julgamento do mérito, podendo o juiz considerar o bom comportamento do acusado na dosimetria.

E) a proposta pode ser formulada ainda que o acusado esteja sendo processado por outro crime, desde que seja primário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um oficial de justiça recebeu mandado judicial de busca e apreensão a ser cumprido na residência de determinada pessoa e pretende realizar a diligência às 22 horas, sem o consentimento do morador. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

A) o ingresso por determinação judicial somente pode ocorrer durante o dia, sendo o ingresso noturno sem consentimento admitido apenas em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.

B) o ingresso poderá ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, desde que o oficial esteja munido do mandado judicial.

C) o ingresso na casa depende sempre do consentimento do morador, ainda que haja flagrante delito.

D) em caso de desastre, o ingresso sem consentimento do morador somente é permitido durante o dia.

E) a determinação judicial autoriza o ingresso noturno quando se tratar de investigação criminal ou instrução processual penal.

28 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito da extradição, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

A) Nenhum brasileiro, nato ou naturalizado, será extraditado.

B) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado por crime comum praticado a qualquer tempo, antes ou depois da naturalização.

C) O estrangeiro poderá ser extraditado por crime político ou de opinião, desde que haja tratado com o país requerente.

D) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

E) O brasileiro nato poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

29 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) É permitida, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, observado o teto remuneratório.
- C) As funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, independentemente de vínculo efetivo com a Administração, desde que destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) A proibição de acumular cargos não alcança empregos em empresas públicas e em sociedades de economia mista, que se submetem ao regime privado.
- E) A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos poderá ocorrer em datas e com índices distintos para cada categoria.

30 – (Inédita – Padrão Vunesp) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais expressamente previstos no art. 7º da Constituição Federal, encontra-se

- A) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- B) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, metade a mais do que o salário normal.
- C) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
- D) a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- E) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

31 – (Inédita – Padrão Vunesp) João, Maria e Carlos são servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos da administração direta. Nas últimas eleições, João foi eleito vereador, Maria foi eleita prefeita e Carlos, deputado estadual. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) Carlos ficará afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo efetivo.
- B) Maria, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do mandato.
- C) João, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e Maria será afastada do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- D) o tempo de serviço dos três, durante o afastamento para o exercício do mandato, será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- E) João será obrigatoriamente afastado do cargo, ainda que haja compatibilidade de horários, por se tratar de mandato eletivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- A) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computam-se os dias corridos, inclusive quanto aos prazos processuais.
- B) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte, sendo considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- C) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro, inclusive nos processos em autos eletrônicos.

D) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 31 de janeiro, inclusive.

E) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 horas.

33 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito da citação no processo civil, assinale a alternativa correta.

- A) A citação será efetivada em até 30 dias a partir da propositura da ação.
- B) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 8 primeiros dias seguintes ao casamento.
- C) Na citação por edital, o prazo será determinado pelo juiz e variará entre 15 e 90 dias.
- D) A citação com hora certa pressupõe que o oficial de justiça tenha procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, por 3 vezes.
- E) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 dias seguintes.

34 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca da tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- A) A tutela antecipada concedida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, e o direito de revê-la, reformá-la ou invalidá-la extingue-se após 2 anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- B) A decisão que concede a tutela antecipada estabilizada faz coisa julgada material, somente podendo ser desconstituída por ação rescisória.
- C) Efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias.
- D) Na tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- E) A tutela da evidência somente será concedida mediante a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

35 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com relação às incumbências do escrivão ou do chefe de secretaria, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Cabe-lhe permitir que os autos saiam do cartório sempre que solicitado por qualquer interessado, independentemente de procuração.
- B) O fornecimento de certidão de qualquer ato ou termo do processo depende sempre de prévio despacho judicial.
- C) Os atos urgentes, assim reconhecidos pelo juiz, sujeitam-se à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação.
- D) Constatada a preterição na ordem cronológica, o juiz determinará o imediato cumprimento do ato e a instauração de processo administrativo disciplinar contra o servidor.
- E) O escrivão somente será responsável, civil e regressivamente, pela prática de ato nulo quando agir com dolo.

36 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:

- A) nas causas de valor até 40 salários mínimos, a assistência por advogado é obrigatória.
- B) a citação poderá ser feita por edital quando o réu estiver em local incerto ou não sabido.
- C) nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- D) admite-se, no processo, a intervenção de terceiros e a assistência, sendo vedado o litisconsórcio.
- E) os juízes leigos são recrutados entre advogados com mais de 2 anos de experiência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo), a respeito da posse e do exercício, é correto afirmar:

- A) a posse deverá verificar-se no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado.
- B) o nomeado que não tomar posse dentro do prazo legal será exonerado, mediante processo administrativo simplificado.
- C) a posse não poderá ser tomada por procuração em nenhuma hipótese, por se tratar de ato personalíssimo.
- D) se a posse não se der dentro do prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento; já o funcionário que,

empossado, não entrar em exercício dentro do prazo será exonerado.

- E) são requisitos para a posse em cargo público, entre outros, ser brasileiro e ter completado 21 anos de idade.

38 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base nas formas de provimento disciplinadas na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

A) Reversão é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade, que ocorrerá obrigatoriamente em vagas existentes ou que se verificarem.

B) Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário, depende sempre de inspeção médica e não acarreta diminuição nem aumento de vencimento ou remuneração.

C) A readmissão do ex-funcionário demitido a bem do serviço público poderá ser decretada após decorridos 2 anos do ato demissório.

D) Não poderá reverter à atividade o aposentado que contar mais de 70 anos de idade, salvo na reversão a pedido.

E) Reintegração é o reingresso no serviço público decorrente de decisão administrativa, sem ressarcimento dos prejuízos resultantes do afastamento.

39 – (Inédita – Padrão Vunesp) Quanto às penalidades e à extinção da punibilidade previstas na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

A) A pena de suspensão, aplicada em caso de falta grave ou de reincidência, não excederá de 60 dias.

B) Considera-se inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 30 dias consecutivos, ou por mais de 45 dias úteis intercalados, durante 1 ano.

C) Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à pena de repreensão em 5 anos.

D) A demissão a bem do serviço público acarreta a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público pelo prazo de 5 anos.

E) A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

40 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta.

A) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 8 anos, contados da ocorrência do fato; interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade.

B) Na hipótese de ato que atenta contra os princípios da administração pública, o responsável está sujeito à suspensão dos direitos políticos até 14 anos.

C) As sanções previstas na lei poderão ser executadas logo após a decisão colegiada, independentemente do trânsito em julgado.

D) É permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 salários mínimos depositada em caderneta de poupança, desde que demonstrado o perigo de dano.

E) Os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário admitem a modalidade culposa, desde que comprovada a perda patrimonial efetiva.

41 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre o procedimento disciplinar previsto na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

A) A sindicância é obrigatória quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.

B) Na sindicância, a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 5 testemunhas, e o procedimento deverá estar concluído no prazo de 90 dias.

C) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 dias da citação do acusado.

D) Os recursos interpostos contra a decisão que aplicar penalidade têm efeito suspensivo.

E) A pena imposta poderá ser agravada no julgamento da revisão, se surgirem fatos novos desfavoráveis ao requerente.

LEGISLAÇÃO INTERNA

42 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base na Resolução TJSP nº 850/2021, que disciplina o regime de teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

A) É permitida a participação em teletrabalho do servidor que esteja no primeiro ano do estágio probatório, desde que haja autorização do gestor da unidade.

B) Nas unidades vinculadas diretamente à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria Geral da Justiça e às Presidências de Seção, a quantidade de servidores em teletrabalho poderá ser de até 50% do quadro.

C) O Tribunal de Justiça arcará com os custos dos equipamentos necessários ao teletrabalho, como

computadores e provedores de internet.

D) É vedada a participação em teletrabalho do servidor que tenha sofrido penalidade disciplinar nos 2 anos anteriores à solicitação ou que tenha sido relatado pelo processo de remoção nos últimos 6 meses.

E) A superação da meta de produtividade estabelecida para o servidor em teletrabalho implica a formação de banco de horas.

43 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com a Resolução TJSP nº 963/2025, que dispõe sobre a governança e a utilização do sistema eproc, assinale a alternativa correta.

- A) Os agravos de instrumento tirados de processos que tramitam pelo eproc serão interpostos no sistema de primeiro grau, que os enviará automaticamente ao sistema de segundo grau, dispensada a juntada de quaisquer peças existentes no processo de primeiro grau.
- B) O cumprimento definitivo de sentença no eproc será iniciado por petição intermediária nos próprios autos da fase de conhecimento.
- C) A identificação do sistema processual correto para a prática de cada ato compete à unidade judicial, que deverá redirecionar as petições equivocadas.
- D) Nos processos criminais, os recursos em sentido estrito que são julgados em segundo grau tramitarão nos próprios autos da ação penal.
- E) Os usuários externos poderão apresentar demandas relacionadas ao sistema eproc diretamente ao Comitê Gestor do eproc.

44 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.111/2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- A) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 24 meses.
- B) a Progressão é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo para o de nível e grau imediatamente superior, dentro da mesma referência.
- C) o Adicional de Qualificação será de 10% em se tratando de título de Doutor e de 12,5% em se tratando de título de Mestre.
- D) os cargos em comissão de Diretor ficam reservados, em sua totalidade, para provimento exclusivo de servidores titulares de cargos efetivos.
- E) o Adicional de Qualificação será de 7,5% em se tratando de certificado de Especialização, não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo, e seus percentuais não são percebidos cumulativamente.

45 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- A) O Conselho Superior da Magistratura é composto exclusivamente pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor Geral da Justiça.
- B) A eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça ocorre na primeira segunda-feira de dezembro do ano em que findarem os mandatos.
- C) O Conselho Superior da Magistratura é composto pelo Presidente do Tribunal, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça, pelo Decano e pelos Presidentes das Seções.
- D) Nos afastamentos, ausências e impedimentos, o Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor Geral da Justiça.
- E) Havendo empate na votação do Conselho Superior da Magistratura, prevalecerá a decisão mais favorável ao interessado.

46 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Tomo I), assinale a alternativa correta.

- A) Os autos de processos físicos não excederão de 300 folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário.
- B) As certidões serão expedidas no prazo de 5 dias, contados do recebimento do pedido pelo ofício de justiça, e nenhum processo ficará sem andamento por mais de 30 dias no aguardo de diligências.
- C) A correição ordinária anual será anunciada por edital com, pelo menos, 5 dias de antecedência.
- D) Os despachos, as decisões interlocutórias e as sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico no prazo máximo de 10 dias, a contar da devolução dos autos em cartório.
- E) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, limitada a 20 processos por dia, para não comprometer a ordem cronológica.

ATUALIDADES E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

47 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em 25 de setembro de 2026, o governo federal publicou ato normativo que pôs fim à exploração, à oferta, à intermediação e à publicidade das apostas de quota fixa no país, as chamadas bets, alcançando tanto as apostas esportivas quanto os jogos online. De acordo com a notícia, a proibição foi veiculada por meio de

- A) decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional em regime de urgência.
- B) emenda constitucional promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) medida provisória, tendo o governo elaborado, além dela, projeto de lei para definir conceitos e tipificar crimes relativos às apostas.
- D) resolução do Banco Central que bloqueou as transferências bancárias destinadas às plataformas de apostas.
- E) portaria do Ministério da Fazenda que se limitou a restringir a publicidade das empresas autorizadas.

48 – (Inédita – Padrão Vunesp) A Copa do Mundo FIFA de 2026, disputada no Canadá, no México e nos Estados Unidos, foi a primeira edição do torneio com 48 seleções. De acordo com a notícia, o título ficou com

- A) a Espanha, que venceu a Argentina na final, disputada nos Estados Unidos, e conquistou seu segundo título mundial.
- B) a Argentina, que venceu a Espanha na final e se tornou bicampeã mundial de forma consecutiva.
- C) a França, que venceu o Marrocos na final, disputada no México.
- D) a Inglaterra, que conquistou seu segundo título ao vencer a Argentina nos pênaltis.
- E) a Espanha, que venceu a França na final e conquistou seu primeiro título mundial.

49 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em setembro de 2026, o Ministério da Saúde protocolou pedido de análise para a incorporação ao Sistema Único de Saúde das chamadas canetas emagrecedoras, medicamentos análogos ao hormônio GLP-1 destinados ao tratamento da obesidade. De acordo com a notícia, o pedido foi encaminhado

- A) à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a quem cabe decidir de forma definitiva sobre a incorporação.
- B) à Organização Mundial da Saúde (OMS), que precisa autorizar previamente a distribuição gratuita.
- C) ao Conselho Federal de Medicina, responsável por aprovar os protocolos clínicos do SUS.
- D) à Fundação Oswaldo Cruz, que detém a patente dos medicamentos produzidos no Brasil.
- E) à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), cuja avaliação é o primeiro passo para a incorporação.

50 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando o disposto na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

- A) O uso do cordão de fita com desenhos de girassóis é obrigatório para que a pessoa com deficiência oculta exerça o direito ao atendimento prioritário.
- B) Os direitos relativos ao atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto à restituição de imposto de renda e à tramitação processual prioritária.
- C) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se, dependendo o ato de autorização do curador.
- D) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição dos benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- E) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida à pessoa com deficiência é absoluta e prevalece sobre os protocolos de atendimento médico.

MATEMÁTICA

51 – (Inédita – Padrão Vunesp) De um terminal, partem três linhas de ônibus: a primeira a cada 12 minutos, a segunda a cada 18 minutos e a terceira a cada 30 minutos. Às 6 horas da manhã, os três ônibus partiram juntos. Considerando o período das 6h às 18h do mesmo dia, incluídas as partidas desses dois horários, o número de vezes em que as três linhas partirão simultaneamente é

- A) 3.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 5.
- E) 7.

52 – (Inédita – Padrão Vunesp) Seis escreventes, trabalhando 5 horas por dia, cadastram 900 processos em 3 dias. Mantida a mesma produtividade, o número de dias necessários para que 4 escreventes, trabalhando 6 horas por dia, cadastrem 1.200 processos é

- A) 4.
- B) 4,5.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7,5.

53 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um cartório recebeu um lote de processos para análise. No primeiro dia, foram analisados 2/5 do total; no segundo dia, 3/4 dos processos restantes. Ao final do segundo dia, restavam 45 processos a analisar. O número total de processos do lote era

- A) 300.
- B) 250.
- C) 360.
- D) 400.
- E) 450.

54 – (Inédita – Padrão Vunesp) O preço de um equipamento sofreu um aumento de 20% e, em seguida, um desconto de 25% sobre o novo valor, passando a custar R\$ 225,00. O preço do equipamento, antes do aumento, era

- A) R\$ 225,00.
- B) R\$ 250,00.
- C) R\$ 240,00.
- D) R\$ 270,00.
- E) R\$ 300,00.

INFORMÁTICA

55 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em um computador com Microsoft Windows 11, em sua configuração original, um usuário selecionou, no Explorador de Arquivos, um arquivo armazenado no disco rígido interno, pressionou as teclas Shift + Delete e confirmou a operação. É correto afirmar que o arquivo

- A) foi enviado para a Lixeira, de onde poderá ser restaurado a qualquer momento.
- B) foi excluído permanentemente, sem passar pela Lixeira.
- C) foi movido para a Área de Transferência, podendo ser colado em outra pasta.
- D) foi compactado em formato .zip na mesma pasta.
- E) permaneceu na pasta de origem, tendo sido criado um atalho para ele na Área de Trabalho.

56 – (Inédita – Padrão Vunesp) No Microsoft Windows 11, em sua configuração original, assinale a alternativa que associa corretamente o atalho de teclado à sua função.

- A) Windows + E: bloqueia o computador.
- B) Windows + L: abre o Explorador de Arquivos.
- C) Windows + D: abre o aplicativo Configurações.
- D) Windows + I: exibe a Área de Trabalho, minimizando as janelas abertas.
- E) Windows + Shift + S: abre a ferramenta de captura para registrar uma área da tela.

57 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um usuário do Microsoft Word 365, em sua configuração original, elabora um relatório com orientação Retrato e precisa que apenas uma página, contendo uma tabela larga, fique com orientação Paisagem, mantendo as demais páginas em Retrato. Para isso, ele deve

- A) inserir quebras de seção do tipo Próxima Página, por meio da guia Layout, e alterar a orientação apenas da seção que contém a tabela.
- B) inserir uma quebra de página com Ctrl + Enter antes da tabela, o que permite alterar a orientação apenas da página seguinte.
- C) ativar o recurso Controlar Alterações, na guia Revisão, e alterar a orientação da página desejada.
- D) inserir uma quebra de coluna antes da tabela e girar a tabela em 90 graus.
- E) dividir o conteúdo em dois documentos, pois o Word não permite orientações diferentes em um mesmo arquivo.

58 – (Inédita – Padrão Vunesp) No Microsoft Word 365, em português e em sua configuração original, os atalhos de teclado para centralizar o parágrafo, justificá-lo e aplicar negrito ao texto selecionado são, respectivamente,

- A) Ctrl + C, Ctrl + J e Ctrl + B.
- B) Ctrl + E, Ctrl + G e Ctrl + N.
- C) Ctrl + T, Ctrl + J e Ctrl + N.
- D) Ctrl + E, Ctrl + J e Ctrl + N.
- E) Ctrl + E, Ctrl + J e Ctrl + B.

59 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere a planilha a seguir, elaborada no Microsoft Excel 365, em sua configuração original.

	A	B
1	Setor	Processos
2	Cível	40
3	Criminal	25
4	Cível	35
5	Família	30
6	Criminal	20

Na célula B8, foi digitada a fórmula =SOMASE(A2:A6;"Cível";B2:B6)/CONT.SE(A2:A6;"Criminal"). O resultado exibido em B8 é

- A) 25.
- B) 30.
- C) 37,5.
- D) 45.
- E) 75.

60 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em uma planilha do Microsoft Excel 365, em sua configuração original, a célula C2 contém a fórmula =A2*B\$1. Se essa célula for copiada e colada na célula D3, a fórmula resultante em D3 será

- A) =A3*C\$1
- B) =A2*C\$1
- C) =A3*B\$1
- D) =B3*C\$1
- E) =A3*C1

61 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um servidor que utiliza o Microsoft Outlook 365, em sua configuração original, precisa enviar uma mesma mensagem a diversos destinatários externos, sem que cada um deles visualize os endereços de e-mail dos demais. Para isso, deve inserir os endereços no campo

- A) Para.
- B) Cc.
- C) Assunto.
- D) De.
- E) Cco.

62 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta o termo de pesquisa a ser digitado no Google, em sua configuração-padrão, para localizar páginas que contenham a expressão exata teletrabalho de servidores, apenas no site tjsp.jus.br.

- A) teletrabalho de servidores +tjsp.jus.br
- B) "teletrabalho de servidores" site:tjsp.jus.br
- C) "teletrabalho de servidores" -tjsp.jus.br
- D) teletrabalho OR servidores site tjsp.jus.br
- E) "teletrabalho de servidores" filetype:tjsp.jus.br

63 – (Inédita – Padrão Vunesp) Durante uma reunião no Microsoft Teams, em sua configuração original, um participante deseja exibir aos demais, em tempo real, o conteúdo de uma janela aberta em seu computador. O recurso adequado para essa finalidade é

- A) Levantar a mão.
- B) Reações.
- C) Salas de grupo.
- D) Compartilhar conteúdo, selecionando a tela ou a janela desejada.
- E) Legendas ao vivo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

64 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação logicamente equivalente à seguinte:

Se o processo foi distribuído, então o escrevente fez o cadastro.

- A) Se o escrevente fez o cadastro, então o processo foi distribuído.
- B) Se o processo não foi distribuído, então o escrevente não fez o cadastro.
- C) O processo não foi distribuído ou o escrevente fez o cadastro.
- D) O processo foi distribuído e o escrevente não fez o cadastro.

E) O processo foi distribuído ou o escrevente não fez o cadastro.

65 – (Inédita – Padrão Vunesp) Uma negação lógica da afirmação *Todos os candidatos estudaram Direito Penal* é:

- A) Pelo menos um candidato não estudou Direito Penal.
- B) Nenhum candidato estudou Direito Penal.
- C) Todos os candidatos não estudaram Direito Penal.
- D) Algum candidato estudou Direito Penal.
- E) Nenhum candidato deixou de estudar Direito Penal.

66 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sabe-se que são verdadeiras as afirmações *O prazo venceu* e *A decisão transitou em julgado*, e que é falsa a afirmação *O recurso foi interposto*. Com base nessas informações, é verdadeira a proposição:

- A) O prazo venceu e o recurso foi interposto.
- B) Se o prazo venceu, então o recurso foi interposto.
- C) Se o prazo venceu ou o recurso foi interposto, então a decisão não transitou em julgado.
- D) O prazo não venceu ou o recurso foi interposto.
- E) O prazo venceu e, se o recurso foi interposto, então a decisão transitou em julgado.

67 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- Todo escrevente é servidor público.
- Nenhum servidor público é estagiário.
- Alguns servidores públicos são bacharéis em Direito.

A partir dessas afirmações, é necessariamente verdadeiro que

- A) algum escrevente é bacharel em Direito.
- B) nenhum escrevente é estagiário.
- C) todo servidor público é escrevente.
- D) algum bacharel em Direito é estagiário.
- E) nenhum bacharel em Direito é estagiário.

68 – (Inédita – Padrão Vunesp) Na sequência numérica 2, 5, 11, 23, 47, ..., criada com um padrão lógico, a soma do 6º com o 7º termo é igual a

- A) 238.
- B) 282.
- C) 190.
- D) 286.
- E) 382.

69 – (Inédita – Padrão Vunesp) Uma comissão de 3 membros será formada a partir de um grupo de 5 escreventes e 4 oficiais de justiça. O número de comissões diferentes que podem ser formadas com exatamente 2 escreventes é

- A) 30.
- B) 60.
- C) 40.
- D) 84.
- E) 20.

70 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em um grupo de 80 servidores, 45 fizeram um curso de Excel, 38 fizeram um curso de Word e 12 não fizeram nenhum desses dois cursos. O número de servidores que fizeram os dois cursos é

- A) 15.
- B) 12.
- C) 18.
- D) 23.
- E) 25.

REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**Texto 1**

Ferramentas de inteligência artificial passaram a fazer parte da rotina de milhões de brasileiros. Elas resumem documentos, redigem mensagens, traduzem textos e respondem a dúvidas em segundos. Em escritórios, escolas e repartições públicas, tarefas que antes consumiam horas passaram a ser concluídas em minutos, liberando tempo para atividades que exigem análise e contato humano. Para muitos especialistas, trata-se de um ganho de produtividade comparável ao da chegada do computador pessoal.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

Texto 2

A rapidez com que a inteligência artificial produz respostas convincentes também traz riscos. Sistemas desse tipo podem apresentar informações incorretas com aparência de verdade, reproduzir preconceitos presentes nos dados com que foram treinados e ser usados para criar imagens, áudios e vídeos falsos. Educadores relatam, ainda, a preocupação de que estudantes deleguem à máquina o esforço de pensar, ler e escrever, habilidades que só se desenvolvem com a prática.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

Texto 3

O debate sobre a inteligência artificial não se resume a aceitá-la ou rejeitá-la. Discute-se quem deve responder pelos erros cometidos por sistemas automatizados, como proteger os dados pessoais utilizados para treiná-los e de que forma garantir que decisões importantes — como a concessão de um benefício ou a análise de um pedido — continuem sujeitas à revisão humana. Para parte dos estudiosos, a regulação e a educação digital são caminhos complementares para que a tecnologia sirva às pessoas, e não o contrário.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO COTIDIANO: ENTRE A EFICIÊNCIA E A RESPONSABILIDADE

REDAÇÃO · RASCUNHO

O rascunho não será considerado na correção.

Título:	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE REDAÇÃO · VERSÃO DEFINITIVA

Nome: _____

Título:	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Será atribuída nota zero à redação que fugir ao tema, não atender ao tipo dissertativo-argumentativo, tiver menos de 20 linhas, for escrita em forma de verso ou estiver em branco.

FOLHA DE RESPOSTAS · PROVA OBJETIVA

Escrevente Técnico Judiciário · Simulado nº 2

NOME DO CANDIDATO	
DATA	ACERTOS

Preencha assim: ☒ Não assim: ☐ ☐ ☐

01 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	19 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	37 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	55 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
02 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	20 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	38 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	56 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
03 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	21 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	39 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	57 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
04 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	22 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	40 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	58 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
05 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	23 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	41 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	59 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
06 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	24 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	42 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	60 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
07 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	25 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	43 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	61 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
08 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	26 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	44 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	62 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
09 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	27 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	45 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	63 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
10 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	28 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	46 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	64 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
11 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	29 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	47 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	65 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
12 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	30 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	48 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	66 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
13 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	31 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	49 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	67 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
14 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	32 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	50 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	68 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
15 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	33 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	51 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	69 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
16 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	34 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	52 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	70 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E
17 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	35 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	53 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	
18 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	36 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	54 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	

Marque apenas uma alternativa por questão. Questão com mais de uma marcação, rasura ou sem marcação não será considerada.

QUESTÕES COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

01 – (Inédita – Padrão Vunesp)

Leia o texto para responder às questões de 01 a 07.

O elogio da pausa

Vivemos sob a tirania do relógio. Nunca se falou tanto em produtividade, e nunca tantas pessoas se declararam exaustas. A agenda cheia tornou-se sinal de prestígio, como se o valor de alguém pudesse ser medido pela quantidade de compromissos que acumula. Quem para, ainda que por alguns minutos, costuma sentir-se culpado, porque aprendeu que o descanso é um luxo reservado aos que já cumpriram todas as tarefas.

Esse raciocínio, embora sedutor, é falacioso. Pesquisas na área da neurociência indicam que o cérebro consolida o aprendizado justamente nos intervalos, quando parece não estar fazendo nada. A pausa, portanto, não é o oposto do trabalho; é parte dele. Ignorar essa evidência equivale a acreditar que um atleta melhora seu desempenho treinando sem jamais descansar os músculos.

Não se trata de fazer apologia da preguiça nem de desprezar o esforço, que continua indispensável a qualquer conquista. O que se questiona é a ideia de que a ocupação permanente seja, por si só, virtude. Muitas vezes, a pressa apenas disfarça a falta de rumo: corre-se muito, mas não se sabe exatamente para onde.

As empresas começam a perceber o custo dessa cultura. Afastamentos por esgotamento, erros causados pelo cansaço e a perda de talentos que buscam uma vida mais equilibrada têm levado organizações a rever jornadas e metas. Ainda assim, mudanças de estrutura pouco adiantam se cada indivíduo continuar a enxergar o descanso como fraqueza.

Talvez o primeiro passo seja resgatar o sentido original do ócio, que, para os antigos, não era sinônimo de vadiagem, mas de tempo livre dedicado à reflexão. Reservar momentos para não fazer nada não é desperdício: é condição para que o que fazemos tenha qualidade e significado.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

Em seu artigo, o autor defende que

- A) a ocupação permanente deve ser substituída pelo ócio, já que o esforço deixou de ser indispensável às conquistas.
- B) o descanso deve ser compreendido como parte do trabalho, e não como prêmio reservado a quem já cumpriu todas as tarefas.
- C) as empresas já resolveram o problema do esgotamento ao rever jornadas, restando aos indivíduos apenas adaptar-se.
- D) a neurociência comprovou que pessoas com agenda cheia aprendem menos do que aquelas que não trabalham.
- E) a pressa é invariavelmente sinal de falta de rumo, razão pela qual quem trabalha muito ignora aonde quer chegar.

Comentário

A) INCORRETA. O 3º parágrafo afirma que o esforço “continua indispensável a qualquer conquista”. O autor não propõe trocar o trabalho pelo ócio.

B) CORRETA. É a tese central: “A pausa, portanto, não é o oposto do trabalho; é parte dele” (2º parágrafo). Ela se opõe à ideia, criticada no 1º parágrafo, de que o descanso é luxo reservado a quem já cumpriu todas as tarefas.

C) INCORRETA. As empresas apenas “começam a perceber” o problema, e o 4º parágrafo ressalva que mudanças estruturais pouco adiantam sem mudança de postura individual.

D) INCORRETA. Extrapolação. O texto diz que o cérebro consolida o aprendizado nos intervalos, e não que quem tem agenda cheia aprende menos do que quem não trabalha.

E) INCORRETA. Generalização indevida: o texto diz “muitas vezes”, e não “invariavelmente”.

GABARITO B

02 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Esse raciocínio, **embora** sedutor, é falacioso. (2º parágrafo)
- A pausa, **portanto**, não é o oposto do trabalho... (2º parágrafo)
- **Ainda assim**, mudanças de estrutura pouco adiantam... (4º parágrafo)

As expressões destacadas estabelecem, correta e respectivamente, relações de

- A) condição; explicação; adição.
- B) causa; consequência; conclusão.
- C) concessão; explicação; tempo.
- D) oposição; causa; concessão.
- E) concessão; conclusão; oposição.

Comentário

- **embora**: conjunção concessiva. Admite uma qualidade (“sedutor”) que não impede a conclusão (“é falacioso”).
- **portanto**: conjunção conclusiva. Apresenta a conclusão extraída das pesquisas citadas na frase anterior.
- **ainda assim**: expressão adversativa (= mesmo assim, contudo). Opõe-se à ideia de que as empresas já estão revendo jornadas.

- A) INCORRETA. Não há condição, explicação nem adição.
- B) INCORRETA. “Embora” não indica causa; “portanto” é conclusivo, mas “ainda assim” não é.
- C) INCORRETA. “Portanto” não é explicativo e “ainda assim” não indica tempo.
- D) INCORRETA. “Portanto” não indica causa, e sim conclusão.
- E) CORRETA. Concessão, conclusão e oposição.

GABARITO E

03 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Vivemos sob a **tiranía** do relógio. (1º parágrafo)
- Esse raciocínio, embora sedutor, é **falacioso**. (2º parágrafo)
- Não se trata de fazer **apologia** da preguiça... (3º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente,

- A) domínio opressivo; enganoso; defesa.
- B) desordem; ultrapassado; crítica.
- C) controle moderado; ilógico; recusa.
- D) influência passageira; convincente; defesa.
- E) domínio opressivo; verdadeiro; condenação.

Comentário

- **tiranía**: domínio opressivo, poder exercido de forma abusiva.
- **falacioso**: enganoso, que induz a erro.
- **apologia**: defesa, elogio.

- B) INCORRETA. “Desordem”, “ultrapassado” e “crítica” não correspondem a nenhum dos termos; “crítica” é o oposto de apologia.
- C) INCORRETA. “Controle moderado” contraria a ideia de tirania, e “recusa” é o oposto de apologia.
- D) INCORRETA. “Convincente” é praticamente o oposto de falacioso.
- E) INCORRETA. “Verdadeiro” e “condenação” são antônimos de falacioso e apologia.

GABARITO A

04 – (Inédita – Padrão Vunesp) O termo destacado é pronome relativo em:

- A) Pesquisas na área da neurociência indicam **que** o cérebro consolida o aprendizado... (2º parágrafo)
- B) Quem para, ainda **que** por alguns minutos, costuma sentir-se culpado... (1º parágrafo)
- C) ...pela quantidade de compromissos **que** acumula. (1º parágrafo)
- D) ...a ideia de **que** a ocupação permanente seja, por si só, virtude. (3º parágrafo)
- E) ...equivale a acreditar **que** um atleta melhora seu desempenho... (2º parágrafo)

Comentário

- A) INCORRETA. Conjunção integrante: introduz o objeto de “indicam” (indicam isto).
- B) INCORRETA. “Ainda que” é locução conjuntiva concessiva.
- C) CORRETA. “Que” retoma “compromissos” (compromissos os quais acumula) e exerce a função de objeto direto de “acumula”: é pronome relativo.
- D) INCORRETA. Conjunção integrante: introduz oração completiva nominal do substantivo “ideia”.
- E) INCORRETA. Conjunção integrante: introduz o complemento de “acreditar”.

GABARITO C

05 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa em que a regência atende à norma-padrão.

- A) O descanso é um direito que muitos trabalhadores abrem mão por receio de parecerem improdutivos.
- B) O descanso é um direito que muitos trabalhadores aspiram, mas poucos exercem.
- C) O descanso é uma necessidade que muitos trabalhadores desconfiam, por julgá-la sinal de fraqueza.
- D) O descanso é um tema que muitos gestores se referem com desdém.
- E) O descanso é um direito de que muitos trabalhadores se esquecem por receio de parecerem improdutivos.

Comentário

- A) INCORRETA. Quem abre mão, abre mão **de** algo: “direito **de que** (do qual) muitos abrem mão”.
- B) INCORRETA. “Aspirar”, no sentido de desejar, é transitivo indireto e rege “a”: “direito **a que** muitos aspiram”.
- C) INCORRETA. Quem desconfia, desconfia **de** algo: “necessidade **de que** muitos desconfiam”.
- D) INCORRETA. Quem se refere, refere-se **a** algo: “tema **a que** (ao qual) muitos gestores se referem”.
- E) CORRETA. “Esquecer-se”, pronominal, rege “de”: quem se esquece, esquece-se **de** algo. A preposição está corretamente anteposta ao relativo.

GABARITO E

06 – (Inédita – Padrão Vunesp) A concordância verbal e a concordância nominal estão de acordo com a norma-padrão em:

- A) Havia muitas pessoas que se declaravam exaustas, mas poucas admitiam precisar de pausas.
- B) Os afastamentos por esgotamento e a perda de talentos tem levado as empresas a rever suas metas.
- C) Faz alguns anos que as organizações começaram a rever jornadas, e já existem resultados positivos.
- D) Cada um dos trabalhadores exaustos precisam de pausas bastante longas ao longo do dia.
- E) Devem haver menos cobranças excessivas para que os funcionários trabalhem com qualidade.

Comentário

- A) INCORRETA. “Haver” no sentido de existir é impessoal: “**Havia** muitas pessoas”.
- B) INCORRETA. O sujeito composto anteposto exige o verbo no plural: “**têm** levado”.
- C) CORRETA. “Fazer” indicando tempo decorrido é impessoal e fica no singular (“Faz alguns anos”); “existem” concorda com o sujeito “resultados positivos”.
- D) INCORRETA. Com “cada um”, o verbo fica no singular: “Cada um dos trabalhadores **precisa**”. (“Bastante”, advérbio que modifica o adjetivo “longas”, está correto.)
- E) INCORRETA. O verbo “haver” impessoal transmite a impessoalidade ao auxiliar: “**Deve haver** menos cobranças”.

GABARITO C

07 – (Inédita – Padrão Vunesp) Se os gestores _____ as metas, os funcionários não se indisporiam com a empresa. Quando a equipe _____ pausas regulares, ninguém _____.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) revessem ... propôs ... opôs-se
- B) revessem ... propôs ... se opôs
- C) revissem ... propusera ... opôs-se
- D) revissem ... propôs ... se opôs
- E) revissem ... propunha ... opôs-se

Comentário

1ª lacuna: “rever” conjuga-se como “ver”. No pretérito imperfeito do subjuntivo: se eles vissem → se eles **revissem**. A forma “revessem” não existe.

2ª lacuna: “propor” conjuga-se como “pôr”. No pretérito perfeito, correlacionado a “ninguém se opôs”: ela **propôs**.

3ª lacuna: o pronome indefinido “ninguém”, de sentido negativo, atrai o pronome oblíquo: **ninguém se opôs** (próclise obrigatória).

A) e B) INCORRETAS. “Revessem” é forma inexistente; em A, há ainda ênclise indevida.

C) e E) INCORRETAS. “Opôs-se” contraria a próclise exigida por “ninguém”.

D) CORRETA. revissem ... propôs ... se opôs.

GABARITO D**08 – (Inédita – Padrão Vunesp)**

Leia o texto para responder às questões de 08 a 12.

O guarda-chuva

Durante anos, dona Lurdes emprestou o mesmo guarda-chuva a meio prédio. Era preto, de cabo de madeira, com uma vareta torta que ela nunca mandou consertar. Bastava o céu escurecer para alguém bater à porta do 302, meio sem jeito, pedindo socorro. Ela entregava o objeto com a recomendação de sempre: “Traz de volta, que ele é de estimação”.

E ele sempre voltava. Voltava molhado, às vezes com uma folha grudada, uma vez com um bilhete de agradecimento preso ao cabo. Eu mesmo o usei numa tarde de março, quando a chuva me pegou desprevenido na saída do metrô, e confesso que andei com cuidado redobrado, como quem carrega algo que não lhe pertence por inteiro.

Quando dona Lurdes se mudou para a casa da filha, no interior, fez questão de descer ao térreo e deixar o guarda-chuva pendurado no gancho ao lado das caixas de correio. Não houve cerimônia nem aviso; apenas um papel escrito à mão: “Para quem precisar”.

Desde então, o guarda-chuva passou a morar na portaria. Ninguém o leva para casa. Usa-se e devolve-se, como se houvesse entre os moradores um acordo tácito que nenhum síndico jamais precisou redigir. Outro dia, reparei que alguém finalmente consertara a vareta torta.

Fico pensando que certas heranças não passam de pai para filho, mas de vizinho para vizinho. Dona Lurdes não deixou bens, nem dívidas, nem discursos. Deixou um hábito — e, talvez sem saber, uma forma de confiança que o prédio inteiro aprendeu a cumprir.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

As informações do texto permitem concluir corretamente que o guarda-chuva

- A) foi deixado na portaria porque dona Lurdes não teria utilidade para ele na casa da filha.
- B) só passou a ser devolvido depois que o síndico estabeleceu regras para seu uso.
- C) foi consertado pela própria dona Lurdes antes da mudança para o interior.
- D) era emprestado apenas aos vizinhos com quem ela mantinha maior intimidade.
- E) simboliza uma relação de confiança entre os moradores, preservada mesmo após a partida de sua dona.

Comentário

- A) INCORRETA. O texto não informa o motivo de dona Lurdes ter deixado o objeto; a alternativa cria uma causa não mencionada.
- B) INCORRETA. O texto afirma o contrário: o acordo é tácito e “nenhum síndico jamais precisou redigir” regras.
- C) INCORRETA. Dona Lurdes “nunca mandou consertar” a vareta; o conserto foi feito por alguém, depois da mudança.
- D) INCORRETA. O guarda-chuva era emprestado “a meio prédio”, e não apenas a vizinhos íntimos.
- E) CORRETA. O último parágrafo explicita o sentido simbólico: dona Lurdes deixou “uma forma de confiança que o prédio inteiro aprendeu a cumprir”, e o objeto continua circulando e voltando à portaria.

GABARITO E

09 – (Inédita – Padrão Vunesp) As passagens – ...andei com cuidado redobrado, como quem carrega algo que não lhe pertence por inteiro. (2º parágrafo) – e – Usa-se e devolve-se, como se houvesse entre os moradores um acordo tácito que nenhum síndico jamais precisou redigir. (4º parágrafo) – estão, correta e respectivamente, interpretadas em:

- A) O narrador demonstra zelo por um objeto emprestado, de valor afetivo para outra pessoa. / A devolução do objeto resulta de um entendimento implícito, jamais formalizado.
- B) O narrador revela receio de ser acusado de furto pelos vizinhos. / Os moradores obedecem a um regulamento redigido pelo síndico.
- C) O narrador mostra indiferença em relação ao objeto emprestado. / A devolução depende da fiscalização do porteiro.
- D) O narrador admite o desejo de ficar com o objeto para si. / Os moradores discutiram em assembleia as regras de uso.
- E) O narrador demonstra zelo por um objeto emprestado. / Os moradores devolvem o objeto por desconfiarem uns dos outros.

Comentário

1ª passagem: andar “como quem carrega algo que não lhe pertence por inteiro” revela cuidado com um objeto alheio, “de estimação” para a dona.

2ª passagem: “acordo tácito” é um entendimento implícito, não expresso; “que nenhum síndico jamais precisou redigir” reforça que ele nunca foi formalizado.

- A) CORRETA. Zelo por objeto de valor afetivo / entendimento implícito, não formalizado.
- B) INCORRETA. Não há receio de acusação nem regulamento escrito.
- C) INCORRETA. Há zelo, e não indiferença; não há fiscalização do porteiro.
- D) INCORRETA. O narrador não deseja ficar com o objeto; não houve assembleia.
- E) INCORRETA. A primeira parte está correta, mas a segunda contraria o texto, que fala em confiança, e não em desconfiança.

GABARITO A

10 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nas passagens – E ele **sempre** voltava. (2º parágrafo) – e – ...com uma vareta **torta**... (1º parágrafo) –, os termos destacados são, na ordem, advérbio e adjetivo, assim como também, correta e respectivamente, os termos destacados em:

- A) ...quando a chuva me pegou **desprevenido**... (2º parágrafo); ...andei com cuidado **redobrado**... (2º parágrafo)
B) ...bater à porta do 302, **meio** sem jeito... (1º parágrafo); ...emprestou o mesmo guarda-chuva a **meio** prédio. (1º parágrafo)
C) **Ninguém** o leva para casa. (4º parágrafo); ...às vezes com uma folha **grudada**... (2º parágrafo)
D) Outro dia, reparei que alguém **finalmente** consertara a vareta torta. (4º parágrafo); ...um acordo **tácito**... (4º parágrafo)
E) Desde **então**, o guarda-chuva passou a morar na portaria. (4º parágrafo); ...certas heranças **não** passam de pai para filho... (5º parágrafo)

Comentário

No enunciado, “sempre” é advérbio de tempo (modifica “voltava”) e “torta” é adjetivo (qualifica “vareta”).

- A) INCORRETA. “Desprevenido” é adjetivo (predicativo do objeto “me”) e “redobrado” é adjetivo (qualifica “cuidado”).
B) INCORRETA. “Meio sem jeito”: advérbio (= um pouco). “Meio prédio”: numeral (= metade do prédio).
C) INCORRETA. “Ninguém” é pronome indefinido; “grudada” é adjetivo.
D) CORRETA. “Finalmente” é advérbio (modifica “consertara”) e “tácito” é adjetivo (qualifica “acordo”).
E) INCORRETA. “Então” e “não” são, ambos, advérbios.

GABARITO D

11 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- Não houve cerimônia **nem** aviso... (3º parágrafo)
- Traz de volta, **que** ele é de estimação. (1º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- A) tampouco; pois.
B) todavia; conquanto.
C) ou; portanto.
D) tampouco; embora.
E) além disso; a fim de que.

Comentário

“Nem” é conjunção aditiva de sentido negativo (= e não), substituível por “tampouco”. O “que” de “Traz de volta, que ele é de estimação” é conjunção explicativa, substituível por “pois” ou “porque”.

- A) CORRETA. tampouco; pois.
B) INCORRETA. “Todavia” é adversativa; “conquanto” é concessiva.
C) INCORRETA. “Ou” é alternativa; “portanto” é conclusiva.
D) INCORRETA. A primeira substituição está correta, mas “embora” é concessiva.
E) INCORRETA. “Além disso” perde o valor negativo; “a fim de que” indica finalidade.

GABARITO A

12 – (Inédita – Padrão Vunesp) A pontuação atende à norma-padrão em:

- A) Dona Lurdes, emprestou o guarda-chuva a meio prédio durante anos.
- B) Quando a chuva apertava os vizinhos, batiam à porta do 302, pedindo o guarda-chuva.
- C) O guarda-chuva que era preto e tinha cabo de madeira, voltava sempre molhado.
- D) Ao se mudar para o interior, dona Lurdes deixou o guarda-chuva na portaria; os moradores, desde então, usam-no e devolvem-no.
- E) O narrador usou o guarda-chuva numa tarde de março e, andou com cuidado redobrado.

Comentário

- A) INCORRETA. A vírgula separa o sujeito (“Dona Lurdes”) do verbo (“emprestou”).
- B) INCORRETA. Sem vírgula após “apertava”, “os vizinhos” passa a ser lido como objeto da chuva, e a vírgula seguinte separa o sujeito do verbo “batiam”. O correto seria: “Quando a chuva apertava, os vizinhos batiam...”.
- C) INCORRETA. A oração adjetiva explicativa deve vir isolada por duas vírgulas: “O guarda-chuva, que era preto e tinha cabo de madeira, voltava...”. Com apenas uma, a vírgula separa o sujeito do verbo.
- D) CORRETA. A oração reduzida de infinitivo anteposta é seguida de vírgula; o ponto e vírgula separa orações coordenadas; o adjunto adverbial “desde então”, intercalado, está entre vírgulas.
- E) INCORRETA. A vírgula após “e” separa indevidamente a conjunção do verbo “andou”, em orações aditivas com o mesmo sujeito.

GABARITO D

13 – (Inédita – Padrão Vunesp)

Leia o texto para responder às questões de 13 a 16.

Por que os adolescentes dormem tão tarde?

Pais costumam atribuir à preguiça o hábito dos filhos adolescentes de dormir tarde e acordar com dificuldade. A ciência, porém, oferece outra explicação. Durante a puberdade, o relógio biológico sofre um atraso natural: a melatonina, hormônio que sinaliza ao organismo a hora de dormir, passa a ser liberada mais tarde do que na infância.

O resultado é que muitos jovens simplesmente não sentem sono antes da meia-noite, ainda que precisem acordar cedo para a escola. Especialistas estimam que, nessa fase, o organismo necessite de oito a dez horas de sono por noite — meta raramente alcançada por quem tem aulas no início da manhã.

A privação crônica de sono não se resume a bocejos na sala de aula. Ela está associada a dificuldades de concentração, irritabilidade e queda no rendimento escolar. O uso de telas à noite agrava o quadro, já que a luz emitida por celulares e computadores retarda ainda mais a liberação da melatonina.

Diante dessas evidências, algumas redes de ensino, em diferentes países, experimentaram atrasar o início das aulas. Os resultados relatados incluem melhora na frequência e no humor dos estudantes. A medida, contudo, esbarra em obstáculos práticos, como a rotina de trabalho das famílias e a organização do transporte escolar.

Enquanto o debate não se resolve, os especialistas recomendam ao menos o que está ao alcance de cada casa: horários regulares, quarto escuro e aparelhos eletrônicos longe da cama. Não é pouco. Tratar o sono como questão de saúde, e não de disciplina, já é um avanço.

(Texto elaborado para fins didáticos.)

Assinale a alternativa que traz a afirmação correta a respeito do texto.

- A) O atraso do sono na adolescência decorre sobretudo da falta de disciplina, como reconhecem os especialistas.
- B) A luz das telas é a única causa do atraso na liberação da melatonina entre os jovens.
- C) Atrasar o início das aulas trouxe resultados positivos relatados, mas a medida enfrenta dificuldades de ordem prática.
- D) Todos os adolescentes dormem de oito a dez horas por noite, desde que evitem o uso de telas.
- E) Os especialistas consideram inútil qualquer medida doméstica enquanto as escolas não mudarem seus horários.

Comentário

- A) INCORRETA. O texto contrapõe à ideia de preguiça uma explicação científica: o atraso natural do relógio biológico.
- B) INCORRETA. A luz das telas “agrava o quadro” e retarda “ainda mais” a melatonina; a causa principal é o atraso natural da puberdade.
- C) CORRETA. O 4º parágrafo relata melhora na frequência e no humor, mas aponta obstáculos práticos, como a rotina das famílias e o transporte escolar.
- D) INCORRETA. O texto diz que a meta de oito a dez horas é “raramente alcançada”.
- E) INCORRETA. Os especialistas recomendam medidas domésticas e afirmam: “Não é pouco”.

GABARITO C

14 – (Inédita – Padrão Vunesp) É correto afirmar que o texto

- A) narra a experiência de um adolescente que não conseguia acordar cedo para ir à escola.
- B) contrapõe uma explicação de senso comum a uma explicação de base científica para o mesmo comportamento.
- C) defende que as escolas sejam obrigadas por lei a iniciar as aulas no período da tarde.
- D) reúne opiniões divergentes de especialistas sobre a existência do atraso do relógio biológico.
- E) emprega linguagem técnica e hermética, própria de publicações dirigidas a médicos.

Comentário

- A) INCORRETA. O texto é expositivo; não narra a experiência de um adolescente específico.
- B) CORRETA. O 1º parágrafo opõe a explicação dos pais (preguiça) à explicação da ciência (atraso na liberação da melatonina).
- C) INCORRETA. O texto relata experiências e obstáculos, mas não defende obrigação legal nem aulas à tarde.
- D) INCORRETA. Não há divergência entre especialistas sobre a existência do atraso biológico.
- E) INCORRETA. A linguagem é acessível, própria da divulgação científica, e explica os termos técnicos (“melatonina, hormônio que sinaliza...”).

GABARITO B

15 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere as passagens:

- A privação **crônica** de sono não se resume a bocejos na sala de aula. (3º parágrafo)
- A medida, contudo, **esbarra em** obstáculos práticos... (4º parágrafo)

Os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente e sem prejuízo do sentido do texto, por:

- A) eventual; supera.
- B) grave; evita.
- C) persistente; depara com.
- D) prolongada; elimina.
- E) passageira; encontra.

Comentário

“Crônica” significa persistente, duradoura; “esbarrar em” significa deparar com, encontrar (um obstáculo).

- A) INCORRETA. “Eventual” e “supera” têm sentidos opostos aos originais.
- B) INCORRETA. “Grave” não equivale a crônica, e “evita” altera o sentido.
- C) CORRETA. persistente; depara com.
- D) INCORRETA. “Prolongada” seria aceitável, mas “elimina” inverte o sentido.

E) INCORRETA. “Encontra” seria aceitável, mas “passageira” é antônimo de crônica.

GABARITO C

16 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa em que os dois termos destacados estabelecem, no texto, a mesma relação de sentido.

- A) ...**ainda que** precisem acordar cedo...; ...**já que** a luz emitida por celulares...
- B) ...**já que** a luz emitida por celulares...; **Enquanto** o debate não se resolve...
- C) ...**ainda que** precisem acordar cedo...; ...horários regulares, quarto escuro **e** aparelhos eletrônicos...
- D) **Enquanto** o debate não se resolve...; A ciência, **porém**, oferece outra explicação.
- E) A ciência, **porém**, oferece outra explicação.; A medida, **contudo**, esbarra em obstáculos práticos...

Comentário

- A) INCORRETA. “Ainda que”: concessão. “Já que”: causa.
- B) INCORRETA. “Já que”: causa. “Enquanto”: tempo (simultaneidade).
- C) INCORRETA. “Ainda que”: concessão. “E”: adição.
- D) INCORRETA. “Enquanto”: tempo. “Porém”: oposição.
- E) CORRETA. “Porém” e “contudo” são conjunções coordenativas adversativas: ambas expressam oposição.

GABARITO E**DIREITO PENAL**

17 – (Inédita – Padrão Vunesp) Mário, auditor fiscal municipal, exigiu de um comerciante o pagamento de taxa que sabia ser indevida, ameaçando, ainda, divulgar o suposto débito aos demais lojistas da região, meio vexatório que a lei não autoriza. O valor pago foi integralmente recolhido aos cofres públicos. Com base no Código Penal, é correto afirmar que Mário praticou

- A) concussão, sujeito à pena de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa, pois exigiu vantagem indevida em razão da função.
- B) corrupção passiva, com pena aumentada de um terço, por ter praticado o ato infringindo dever funcional.
- C) excesso de exação, sujeito à pena de reclusão, de 3 a 8 anos, e multa.
- D) excesso de exação na forma qualificada, com pena de reclusão de 2 a 12 anos, por ter empregado meio vexatório.
- E) prevaricação, pois praticou ato de ofício contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse pessoal.

Comentário

Mário exigiu tributo (taxa) que sabia indevido e ainda empregou meio vexatório não autorizado por lei. O valor foi recolhido aos cofres públicos, ou seja, não houve desvio em proveito próprio. A conduta amolda-se ao excesso de exação na forma do § 1º do art. 316.

Art. 316, § 1º (CP) – Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:
Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

- A) INCORRETA. A concussão (caput do art. 316) é a exigência de vantagem indevida “para si ou para outrem”. A cobrança de tributo indevido recolhido ao erário é hipótese específica de excesso de exação.
- B) INCORRETA. Corrupção passiva (art. 317) é solicitar ou receber vantagem indevida, ou aceitar promessa dela. Não houve vantagem para o agente.
- C) CORRETA. Excesso de exação, com pena de reclusão de 3 a 8 anos, e multa.

D) INCORRETA. A pena de 2 a 12 anos é a do § 2º, aplicável quando o funcionário **desvia**, em proveito próprio ou alheio, o que recebeu indevidamente. O meio vexatório já integra o § 1º.

E) INCORRETA. Na prevaricação (art. 319), o agente retarda, deixa de praticar ou pratica ato de ofício contra a lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, o que não é o caso.

GABARITO C

18 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca do conceito de funcionário público para os efeitos penais, previsto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

B) Somente se considera funcionário público quem exerce cargo público mediante remuneração e em caráter permanente.

C) A pena dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral é aumentada da metade quando o autor ocupa cargo em comissão em órgão da administração direta.

D) Quem exerce função em entidade paraestatal não pode ser sujeito ativo de crime funcional, por não integrar a administração direta.

E) O aumento de pena previsto para os ocupantes de cargos em comissão aplica-se exclusivamente aos que atuam em sociedades de economia mista.

Comentário

Art. 327 (CP) – Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. § 1º – Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. § 2º – A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

A) CORRETA. Reproduz o § 1º do art. 327.

B) INCORRETA. O conceito penal alcança quem exerce a função “embora transitoriamente ou sem remuneração”.

C) INCORRETA. O aumento é da terça parte (um terço), e não da metade.

D) INCORRETA. Quem exerce função em entidade paraestatal é expressamente equiparado a funcionário público.

E) INCORRETA. O aumento abrange órgãos da administração direta, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo poder público.

GABARITO A

19 – (Inédita – Padrão Vunesp) Joana, servidora pública integrante da equipe responsável pela impressão das provas de um concurso público, divulgou a um amigo candidato, antes da aplicação, o conteúdo sigiloso das questões, com o fim de beneficiá-lo. A fraude foi descoberta e o certame precisou ser anulado, o que causou dano à administração pública. Com base no Código Penal, é correto afirmar que Joana

A) cometeu violação de sigilo funcional, punida com detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa, por ser esse o tipo penal específico para servidores.

B) cometeu fraude em certame de interesse público, com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, sem incidência de causa de aumento.

C) não cometeu crime, pois o delito somente se configuraria se o amigo tivesse sido efetivamente aprovado.

D) cometeu fraude em certame de interesse público, com pena aumentada da metade por ser funcionária pública.

E) cometeu fraude em certame de interesse público, na forma qualificada pelo dano à administração, com pena de reclusão, de 2 a 6 anos, e multa, aumentada de um terço por ser funcionária pública.

Comentário

Art. 311-A (CP) – Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: I – concurso público; (...) Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa. (...) § 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública: Pena – reclusão, de 2 a 6 anos, e multa. § 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.

A) INCORRETA. A violação de sigilo funcional (art. 325) é subsidiária (“se o fato não constitui crime mais grave”). A divulgação de conteúdo sigiloso de concurso tem tipo específico: o art. 311-A.

B) INCORRETA. Houve dano à administração (§ 2º) e a agente é funcionária pública (§ 3º).

C) INCORRETA. O crime se consuma com a utilização ou a divulgação indevida, praticada com a finalidade de beneficiar alguém. A lei não exige que o beneficiário seja aprovado.

D) INCORRETA. O aumento é de um terço, e não da metade.

E) CORRETA. Forma qualificada pelo dano (§ 2º: reclusão de 2 a 6 anos, e multa), com aumento de um terço (§ 3º).

GABARITO E

20 – (Inédita – Padrão Vunesp) Pedro, arrolado como testemunha em ação de cobrança entre particulares, fez afirmação falsa em seu depoimento. Dias depois, arrependido, compareceu em juízo, retratou-se e declarou a verdade, antes que fosse proferida a sentença naquele processo. Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que

A) Pedro responderá por falso testemunho, com pena reduzida de um sexto a um terço em razão da retratação.

B) o fato deixa de ser punível, pois a retratação ocorreu antes da sentença no processo em que se deu o ilícito.

C) a retratação é irrelevante, pois o crime se consumou no momento da afirmação falsa.

D) Pedro responderá por falso testemunho com pena aumentada de um sexto a um terço, por se tratar de processo civil.

E) a conduta é atípica, pois o crime de falso testemunho somente se configura em processo penal ou em inquérito policial.

Comentário

Art. 342, § 2º (CP) – O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

A) INCORRETA. A retratação tempestiva não reduz a pena; ela torna o fato não punível.

B) CORRETA. A retratação ocorreu antes da sentença no processo em que houve a afirmação falsa.

C) INCORRETA. Embora o crime se consuma com a afirmação falsa, a lei prevê expressamente o efeito da retratação.

D) INCORRETA. O aumento de um sexto a um terço (§ 1º) só incide se houver suborno, se a prova se destinar a processo penal ou se o processo civil tiver como parte entidade da administração pública. A ação era entre particulares.

E) INCORRETA. O art. 342 alcança processo judicial ou administrativo, inquérito policial e juízo arbitral.

GABARITO B

21 – (Inédita – Padrão Vunesp) Durante o cumprimento de mandado de penhora, o executado, mediante violência contra o oficial de justiça, opôs-se à execução do ato, que, em razão dessa resistência, não se realizou. O oficial sofreu lesões leves. Com base no Código Penal, o executado praticou

A) desobediência, sujeita à pena de detenção, de 15 dias a 6 meses, e multa.

- B) desacato, sujeito à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa.
- C) resistência simples, com pena de detenção, de 2 meses a 2 anos, ficando absorvida a pena correspondente à violência.
- D) resistência, na forma do § 1º do art. 329, com pena de reclusão, de 1 a 3 anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.
- E) exercício arbitrário das próprias razões, que somente se processa mediante queixa.

Comentário

Art. 329 (CP) – Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de dois meses a dois anos. § 1º – Se o ato, em razão da resistência, não se executa: Pena – reclusão, de um a três anos. § 2º – As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

- A) INCORRETA. A desobediência (art. 330) é o simples descumprimento de ordem legal, sem violência ou ameaça.
- B) INCORRETA. O desacato (art. 331) consiste em ofender ou menosprezar o funcionário; aqui houve oposição violenta à execução do ato.
- C) INCORRETA. Como o ato não se executou, incide o § 1º, e a pena da violência não é absorvida (§ 2º).
- D) CORRETA. Resistência com resultado (ato não executado): reclusão de 1 a 3 anos, sem prejuízo da pena das lesões.
- E) INCORRETA. O exercício arbitrário das próprias razões (art. 345) é fazer justiça pelas próprias mãos; além disso, a ação só depende de queixa quando **não** há violência.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

22 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre as citações no processo penal, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- A) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e o juiz determinará a citação por edital, com prazo de 15 dias.
- B) Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo seguirá à sua revelia, com nomeação de defensor dativo.
- C) Se o réu estiver preso, será citado por meio de requisição ao diretor do estabelecimento prisional, dispensada a citação pessoal.
- D) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, sem suspensão do prazo prescricional.
- E) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa; completada esta, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

Comentário

Art. 362 (CPP) – Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa (...). Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

- A) INCORRETA. A ocultação leva à citação com hora certa. O edital (prazo de 15 dias, art. 361) é para o réu não encontrado.
- B) INCORRETA. Art. 366: ficam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- C) INCORRETA. Art. 360: se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- D) INCORRETA. Art. 368: será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o prazo de prescrição até o seu cumprimento.

E) CORRETA. Reproduz o art. 362 e seu parágrafo único.

GABARITO E

23 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca dos procedimentos ordinário e sumário, disciplinados no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) No procedimento sumário, aplicável aos crimes cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade, poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa, e a audiência de instrução e julgamento será realizada no prazo máximo de 30 dias.
- B) No procedimento ordinário, poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa, computadas nesse número as que não prestem compromisso.
- C) O procedimento ordinário é aplicável aos crimes cuja sanção máxima cominada seja superior a 4 anos, não abrangendo aqueles cuja pena máxima seja exatamente de 4 anos.
- D) Na audiência de instrução e julgamento do procedimento ordinário, o acusado será interrogado antes da inquirição das testemunhas de acusação e de defesa.
- E) No procedimento ordinário, as alegações finais orais serão oferecidas pelo prazo de 30 minutos para cada parte, prorrogáveis.

Comentário

Art. 394, § 1º (CPP) – O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo: I – ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; II – sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos (...).

- A) CORRETA. Arts. 394, § 1º, II; 531 (audiência em até 30 dias) e 532 (até 5 testemunhas para cada parte).
- B) INCORRETA. No ordinário, são até 8 testemunhas para cada parte (art. 401), e nesse número **não** se compreendem as que não prestam compromisso (art. 401, § 1º).
- C) INCORRETA. O ordinário abrange pena máxima **igual ou superior** a 4 anos.
- D) INCORRETA. Pelo art. 400, o interrogatório é o último ato da instrução.
- E) INCORRETA. Art. 403: 20 minutos para cada parte, prorrogáveis por mais 10.

GABARITO A

24 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre o procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- A) O Tribunal do Júri é composto por 1 juiz togado, seu presidente, e por 21 jurados sorteados dentre os alistados, 7 dos quais constituirão o Conselho de Sentença.
- B) O juiz presidente declarará instalados os trabalhos desde que compareçam, pelo menos, 7 jurados, número suficiente para compor o Conselho de Sentença.
- C) À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 cada parte, sem motivar a recusa.
- D) O tempo destinado à acusação e à defesa será de 2 horas para cada, e de 1 hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
- E) Estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 60 anos que requeiram sua dispensa.

Comentário

Art. 468 (CPP) – À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

- A) INCORRETA. São 25 jurados sorteados (art. 447).
B) INCORRETA. Exige-se o comparecimento de, pelo menos, 15 jurados (art. 463).
C) CORRETA. Reproduz o art. 468.
D) INCORRETA. Art. 477: uma hora e meia para cada parte, e uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
E) INCORRETA. Art. 437, IX: estão isentos os maiores de 70 anos que requeiram dispensa.

GABARITO C

25 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito dos recursos no processo penal, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Penal.

- A) Cabe apelação da decisão que não receber a denúncia ou a queixa.
B) Os embargos de declaração opostos aos acórdãos dos tribunais deverão ser apresentados no prazo de 5 dias, contados da publicação.
C) O Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto, desde que o faça antes do julgamento.
D) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que pronunciar o réu, bem como da que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.
E) Contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.

Comentário

Art. 581 (CPP) – Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: (...) IV – que pronunciar o réu; (...) X – que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.

- A) INCORRETA. Da decisão que não recebe a denúncia ou a queixa cabe recurso em sentido estrito (art. 581, I).
B) INCORRETA. Art. 619: o prazo dos embargos de declaração é de 2 dias.
C) INCORRETA. Art. 576: o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
D) CORRETA. Art. 581, IV e X.
E) INCORRETA. Art. 416: contra a impronúncia ou a absolvição sumária cabe apelação.

GABARITO D

26 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei nº 9.099/1995, a respeito da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

- A) é cabível exclusivamente para as infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas aquelas com pena máxima não superior a 2 anos.
B) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por 2 a 4 anos, não correndo a prescrição durante o prazo de suspensão.
C) a suspensão será obrigatoriamente revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por contravenção penal.
D) expirado o prazo sem revogação, o processo retomará seu curso para o julgamento do mérito, podendo o juiz considerar o bom comportamento do acusado na dosimetria.
E) a proposta pode ser formulada ainda que o acusado esteja sendo processado por outro crime, desde que seja primário.

Comentário

Art. 89 (Lei nº 9.099/1995) – Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha

sido condenado por outro crime (...). § 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

- A) INCORRETA. O critério é a pena **mínima** igual ou inferior a um ano, “abrangidas ou não por esta Lei”.
- B) CORRETA. Reúne o caput e o § 6º do art. 89.
- C) INCORRETA. Processo por contravenção gera revogação facultativa (§ 4º: “poderá”). A obrigatória (§ 3º) ocorre quando o beneficiário é processado por outro **crime** ou não repara o dano sem motivo justificado.
- D) INCORRETA. § 5º: expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade.
- E) INCORRETA. É requisito que o acusado não esteja sendo processado nem tenha sido condenado por outro crime.

GABARITO B

DIREITO CONSTITUCIONAL

27 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um oficial de justiça recebeu mandado judicial de busca e apreensão a ser cumprido na residência de determinada pessoa e pretende realizar a diligência às 22 horas, sem o consentimento do morador. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) o ingresso por determinação judicial somente pode ocorrer durante o dia, sendo o ingresso noturno sem consentimento admitido apenas em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
- B) o ingresso poderá ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, desde que o oficial esteja munido do mandado judicial.
- C) o ingresso na casa depende sempre do consentimento do morador, ainda que haja flagrante delito.
- D) em caso de desastre, o ingresso sem consentimento do morador somente é permitido durante o dia.
- E) a determinação judicial autoriza o ingresso noturno quando se tratar de investigação criminal ou instrução processual penal.

Comentário

Art. 5º, XI (CF) – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

- A) CORRETA. A ordem judicial só autoriza o ingresso durante o dia. À noite, sem consentimento, apenas em flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
- B) INCORRETA. O mandado judicial não autoriza o ingresso noturno.
- C) INCORRETA. O flagrante delito é exceção expressa à exigência de consentimento.
- D) INCORRETA. Em caso de desastre, o ingresso é permitido a qualquer hora.
- E) INCORRETA. A Constituição não prevê essa exceção. A referência a investigação criminal e instrução processual penal está no inciso XII, que trata do sigilo das comunicações telefônicas.

GABARITO A

28 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito da extradição, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A) Nenhum brasileiro, nato ou naturalizado, será extraditado.
- B) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado por crime comum praticado a qualquer tempo, antes ou depois da naturalização.
- C) O estrangeiro poderá ser extraditado por crime político ou de opinião, desde que haja tratado com o país requerente.

- D) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- E) O brasileiro nato poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Comentário

Art. 5º, LI (CF) – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

- A) INCORRETA. O naturalizado pode ser extraditado nas duas hipóteses do inciso LI.
- B) INCORRETA. Por crime comum, apenas se praticado **antes** da naturalização.
- C) INCORRETA. A vedação do inciso LII é absoluta e não admite exceção por tratado.
- D) CORRETA. Reproduz o inciso LI.
- E) INCORRETA. O brasileiro nato nunca será extraditado.

GABARITO D

29 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) É permitida, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, observado o teto remuneratório.
- C) As funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, independentemente de vínculo efetivo com a Administração, desde que destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) A proibição de acumular cargos não alcança empregos em empresas públicas e em sociedades de economia mista, que se submetem ao regime privado.
- E) A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos poderá ocorrer em datas e com índices distintos para cada categoria.

Comentário

Art. 37, XVI (CF) – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela EC nº 138, de 2025) c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- A) INCORRETA. Art. 37, III: validade de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) CORRETA. Redação atual da alínea “b”, dada pela EC nº 138/2025 (antes: professor com outro cargo técnico ou científico). Atenção: a mudança é recente e tende a ser cobrada.
- C) INCORRETA. Art. 37, V: as funções de confiança são exercidas **exclusivamente** por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- D) INCORRETA. Art. 37, XVII: a proibição estende-se a empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas pelo poder público.
- E) INCORRETA. Art. 37, X: revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

GABARITO B

30 – (Inédita – Padrão Vunesp) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais expressamente previstos no art. 7º da Constituição Federal, encontra-se

- A) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- B) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, metade a mais do que o salário normal.
- C) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
- D) a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- E) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Comentário

Art. 7º, XXV (CF) – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

- A) INCORRETA. Inciso XVIII: licença à gestante de cento e vinte dias.
- B) INCORRETA. Inciso XVII: férias com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- C) INCORRETA. Inciso XXI: aviso prévio de, no mínimo, trinta dias.
- D) INCORRETA. Inciso XXIX: prazo prescricional de **cinco** anos, até o limite de **dois** anos após a extinção do contrato. A alternativa inverteu os prazos.
- E) CORRETA. Reproduz o inciso XXV.

GABARITO E

31 – (Inédita – Padrão Vunesp) João, Maria e Carlos são servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos da administração direta. Nas últimas eleições, João foi eleito vereador, Maria foi eleita prefeita e Carlos, deputado estadual. Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) Carlos ficará afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo efetivo.
- B) Maria, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do mandato.
- C) João, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e Maria será afastada do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- D) o tempo de serviço dos três, durante o afastamento para o exercício do mandato, será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- E) João será obrigatoriamente afastado do cargo, ainda que haja compatibilidade de horários, por se tratar de mandato eletivo.

Comentário

Art. 38 (CF) – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

- A) INCORRETA. Carlos (deputado estadual) é afastado, mas a opção pela remuneração do cargo é prevista apenas para o Prefeito (inciso II) e para o Vereador sem compatibilidade de horários.
- B) INCORRETA. A acumulação com compatibilidade de horários é regra do Vereador. Maria, prefeita, será afastada.

C) CORRETA. Aplica corretamente os incisos III (João) e II (Maria).

D) INCORRETA. O tempo de serviço conta para todos os efeitos, **exceto** para promoção por merecimento (inciso IV). Além disso, João pode nem se afastar.

E) INCORRETA. Havendo compatibilidade de horários, o Vereador não se afasta.

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

A) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computam-se os dias corridos, inclusive quanto aos prazos processuais.

B) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte, sendo considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

C) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro, inclusive nos processos em autos eletrônicos.

D) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 31 de janeiro, inclusive.

E) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 horas.

Comentário

Art. 218 (CPC) – (...) § 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

A) INCORRETA. Art. 219: na contagem de prazo em dias, computam-se somente os dias úteis, regra que se aplica apenas aos prazos processuais.

B) CORRETA. Art. 218, §§ 3º e 4º.

C) INCORRETA. Art. 229, § 2º: o prazo em dobro não se aplica aos processos em autos eletrônicos.

D) INCORRETA. Art. 220: suspensão de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive.

E) INCORRETA. Art. 218, § 2º: as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 horas.

GABARITO B

33 – (Inédita – Padrão Vunesp) A respeito da citação no processo civil, assinale a alternativa correta.

A) A citação será efetivada em até 30 dias a partir da propositura da ação.

B) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 8 primeiros dias seguintes ao casamento.

C) Na citação por edital, o prazo será determinado pelo juiz e variará entre 15 e 90 dias.

D) A citação com hora certa pressupõe que o oficial de justiça tenha procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, por 3 vezes.

E) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 dias seguintes.

Comentário

Art. 244 (CPC) – Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito: I – de quem estiver participando de ato de culto religioso; II – de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes; III – de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento; IV – de doente, enquanto grave o seu estado.

- A) INCORRETA. Art. 238, parágrafo único: a citação será efetivada em até 45 dias a partir da propositura da ação.
- B) INCORRETA. Art. 244, III: 3 dias seguintes ao casamento.
- C) INCORRETA. Art. 257, III: o prazo do edital varia entre 20 e 60 dias. (O prazo de 15 a 90 dias não existe no CPC; cuidado para não confundir com o edital de 15 dias do CPP.)
- D) INCORRETA. Art. 252: basta que o oficial tenha procurado o citando por 2 vezes, havendo suspeita de ocultação.
- E) CORRETA. Reproduz o art. 244, II.

GABARITO E

34 – (Inédita – Padrão Vunesp) Acerca da tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- A) A tutela antecipada concedida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, e o direito de revê-la, reformá-la ou invalidá-la extingue-se após 2 anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- B) A decisão que concede a tutela antecipada estabilizada faz coisa julgada material, somente podendo ser desconstituída por ação rescisória.
- C) Efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias.
- D) Na tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- E) A tutela da evidência somente será concedida mediante a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

Comentário

Art. 304 (CPC) – A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. (...) § 5º O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no § 2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º.

- A) CORRETA. Art. 304, caput e § 5º.
- B) INCORRETA. Art. 304, § 6º: a decisão que concede a tutela **não** fará coisa julgada; sua estabilidade só é afastada por decisão em ação própria (§ 2º).
- C) INCORRETA. Art. 308: o pedido principal deve ser formulado em 30 dias.
- D) INCORRETA. Art. 306: o réu é citado para contestar em 5 dias.
- E) INCORRETA. Art. 311: a tutela da evidência é concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

GABARITO A

35 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com relação às incumbências do escrivão ou do chefe de secretaria, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Cabe-lhe permitir que os autos saiam do cartório sempre que solicitado por qualquer interessado, independentemente de procuração.
- B) O fornecimento de certidão de qualquer ato ou termo do processo depende sempre de prévio despacho judicial.

- C) Os atos urgentes, assim reconhecidos pelo juiz, sujeitam-se à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação.
- D) Constatada a preterição na ordem cronológica, o juiz determinará o imediato cumprimento do ato e a instauração de processo administrativo disciplinar contra o servidor.
- E) O escrivão somente será responsável, civil e regressivamente, pela prática de ato nulo quando agir com dolo.

Comentário

Art. 153 (CPC) – (...) § 4º A parte que se considerar preterida na ordem cronológica poderá reclamar, nos próprios autos, ao juiz do processo, que requisitará informações ao servidor, a serem prestadas no prazo de 2 (dois) dias. § 5º Constatada a preterição, o juiz determinará o imediato cumprimento do ato e a instauração de processo administrativo disciplinar contra o servidor.

- A) INCORRETA. Art. 152, IV: o escrivão mantém os autos sob sua guarda, só permitindo que saiam do cartório nas hipóteses legais (conclusão ao juiz, vista a procurador, Defensoria, MP ou Fazenda, remessa ao contabilista ou partidor, remessa a outro juízo).
- B) INCORRETA. Art. 152, V: fornece certidão de qualquer ato ou termo do processo **independentemente de despacho**, observado o segredo de justiça.
- C) INCORRETA. Art. 153, § 2º, I: os atos urgentes estão **excluídos** da regra da ordem cronológica.
- D) CORRETA. Art. 153, § 5º.
- E) INCORRETA. Art. 155, II: responde civil e regressivamente quando praticar ato nulo com dolo **ou culpa**.

GABARITO D

36 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:

- A) nas causas de valor até 40 salários mínimos, a assistência por advogado é obrigatória.
- B) a citação poderá ser feita por edital quando o réu estiver em local incerto ou não sabido.
- C) nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- D) admite-se, no processo, a intervenção de terceiros e a assistência, sendo vedado o litisconsórcio.
- E) os juízes leigos são recrutados entre advogados com mais de 2 anos de experiência.

Comentário

Art. 9º (Lei nº 9.099/1995) – Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

- A) INCORRETA. Até 20 salários mínimos, a assistência é facultativa; acima disso, até o teto de 40, é obrigatória.
- B) INCORRETA. Art. 18, § 2º: não se fará citação por edital.
- C) CORRETA. Reproduz o art. 9º.
- D) INCORRETA. Art. 10: não se admite intervenção de terceiro nem assistência; admite-se o litisconsórcio.
- E) INCORRETA. Art. 7º: na Lei nº 9.099/1995, os juízes leigos são recrutados entre advogados com mais de **cinco** anos de experiência. O prazo de dois anos é o dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009, art. 15, § 1º), pegadinha clássica.

GABARITO C

DIREITO ADMINISTRATIVO

37 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo), a respeito da posse e do exercício, é correto afirmar:

- A) a posse deverá verificar-se no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado.
- B) o nomeado que não tomar posse dentro do prazo legal será exonerado, mediante processo administrativo simplificado.
- C) a posse não poderá ser tomada por procuração em nenhuma hipótese, por se tratar de ato personalíssimo.
- D) se a posse não se der dentro do prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento; já o funcionário que, empossado, não entrar em exercício dentro do prazo será exonerado.
- E) são requisitos para a posse em cargo público, entre outros, ser brasileiro e ter completado 21 anos de idade.

Comentário

Artigo 52 (Lei nº 10.261/1968) – A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial. § 1º – O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. (...) § 3º – Se a posse não se der dentro do prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento.

Artigo 60, § 4º – O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será exonerado.

- A) INCORRETA. O prazo para a posse é de 30 dias, prorrogável por mais 30.
- B) INCORRETA. A falta de posse no prazo não gera exoneração, pois ainda não há vínculo: o ato de provimento é tornado sem efeito.
- C) INCORRETA. Art. 50: a posse poderá ser tomada por procuração quando o funcionário estiver ausente do Estado, em comissão do Governo ou, em casos especiais, a critério da autoridade competente.
- D) CORRETA. Distingue corretamente as consequências: sem posse, o provimento é tornado sem efeito; sem exercício, o funcionário é exonerado.
- E) INCORRETA. Art. 47, II: basta ter completado 18 anos.

GABARITO D

38 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base nas formas de provimento disciplinadas na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

- A) Reversão é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade, que ocorrerá obrigatoriamente em vagas existentes ou que se verificarem.
- B) Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário, depende sempre de inspeção médica e não acarreta diminuição nem aumento de vencimento ou remuneração.
- C) A readmissão do ex-funcionário demitido a bem do serviço público poderá ser decretada após decorridos 2 anos do ato demissório.
- D) Não poderá reverter à atividade o aposentado que contar mais de 70 anos de idade, salvo na reversão a pedido.
- E) Reintegração é o reingresso no serviço público decorrente de decisão administrativa, sem ressarcimento dos prejuízos resultantes do afastamento.

Comentário

Artigo 41 (Lei nº 10.261/1968) – Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica. Artigo 42 – A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração e será feita mediante transferência.

- A) INCORRETA. A alternativa descreve o **aproveitamento** (arts. 37 e 38). Reversão é o reingresso do **aposentado** (art. 35).
- B) CORRETA. Arts. 41 e 42.
- C) INCORRETA. Art. 39, § 2º: no caso de demissão a bem do serviço público, a readmissão não pode ocorrer antes de 5 anos do ato demissório.
- D) INCORRETA. Art. 35, § 2º: o limite é de 58 anos. A exceção (§ 3º) é para a reversão ex-officio, e não a pedido.
- E) INCORRETA. Art. 30: a reintegração decorre de decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento dos prejuízos.

GABARITO B

39 – (Inédita – Padrão Vunesp) Quanto às penalidades e à extinção da punibilidade previstas na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

- A) A pena de suspensão, aplicada em caso de falta grave ou de reincidência, não excederá de 60 dias.
- B) Considera-se inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 30 dias consecutivos, ou por mais de 45 dias úteis intercalados, durante 1 ano.
- C) Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à pena de repreensão em 5 anos.
- D) A demissão a bem do serviço público acarreta a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público pelo prazo de 5 anos.
- E) A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

Comentário

Artigo 254 (Lei nº 10.261/1968) – A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência. (...) § 2º – A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

- A) INCORRETA. A suspensão não excede 90 dias.
- B) INCORRETA. Art. 256, § 1º: mais de 15 dias consecutivos ou mais de 20 dias úteis intercalados, durante 1 ano.
- C) INCORRETA. Art. 261, I: a falta sujeita a repreensão, suspensão ou multa prescreve em 2 anos. O prazo de 5 anos é para as faltas sujeitas a demissão, demissão a bem do serviço público e cassação.
- D) INCORRETA. Art. 307, parágrafo único: incompatibilidade de 5 anos para a demissão e de 10 anos para a demissão a bem do serviço público.
- E) CORRETA. Art. 254, § 2º.

GABARITO E

40 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta.

- A) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 8 anos, contados da ocorrência do fato; interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade.
- B) Na hipótese de ato que atenta contra os princípios da administração pública, o responsável está sujeito à suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- C) As sanções previstas na lei poderão ser executadas logo após a decisão colegiada, independentemente do trânsito em julgado.
- D) É permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 salários mínimos depositada em caderneta de poupança, desde que demonstrado o perigo de dano.

E) Os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário admitem a modalidade culposa, desde que comprovada a perda patrimonial efetiva.

Comentário

Art. 23 (Lei nº 8.429/1992) – A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (...) § 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo.

A) CORRETA. Art. 23, caput e § 5º (após a interrupção, o prazo passa a ser de 4 anos).

B) INCORRETA. Art. 12, III: para os atos do art. 11, as sanções são multa civil de até 24 vezes a remuneração e proibição de contratar por até 4 anos. Não há suspensão de direitos políticos; o prazo de até 14 anos é o do enriquecimento ilícito (art. 12, I).

C) INCORRETA. Art. 12, § 9º: as sanções somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

D) INCORRETA. Art. 16, § 13: é **vedada** a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 salários mínimos depositada em poupança, outras aplicações ou conta-corrente.

E) INCORRETA. Após a Lei nº 14.230/2021, só há improbidade dolosa (art. 1º, § 1º; art. 10, caput; art. 17-C, § 1º).

GABARITO A

41 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sobre o procedimento disciplinar previsto na Lei Estadual nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

A) A sindicância é obrigatória quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.

B) Na sindicância, a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 5 testemunhas, e o procedimento deverá estar concluído no prazo de 90 dias.

C) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 dias da citação do acusado.

D) Os recursos interpostos contra a decisão que aplicar penalidade têm efeito suspensivo.

E) A pena imposta poderá ser agravada no julgamento da revisão, se surgirem fatos novos desfavoráveis ao requerente.

Comentário

Artigo 277 (Lei nº 10.261/1968) – O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.

A) INCORRETA. Art. 270: é obrigatório o **processo administrativo** quando a falta puder determinar demissão, demissão a bem do serviço público ou cassação. A sindicância (art. 269) destina-se às penas de repreensão, suspensão ou multa.

B) INCORRETA. Art. 273: na sindicância, até 3 testemunhas, e conclusão em 60 dias. O limite de 5 testemunhas é do processo administrativo (art. 283, § 1º).

C) CORRETA. Reproduz o art. 277.

D) INCORRETA. Art. 314: os recursos não têm efeito suspensivo.

E) INCORRETA. Art. 316: a pena imposta não poderá ser agravada pela revisão.

GABARITO C

LEGISLAÇÃO INTERNA

42 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base na Resolução TJSP nº 850/2021, que disciplina o regime de teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- A) É permitida a participação em teletrabalho do servidor que esteja no primeiro ano do estágio probatório, desde que haja autorização do gestor da unidade.
- B) Nas unidades vinculadas diretamente à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria Geral da Justiça e às Presidências de Seção, a quantidade de servidores em teletrabalho poderá ser de até 50% do quadro.
- C) O Tribunal de Justiça arcará com os custos dos equipamentos necessários ao teletrabalho, como computadores e provedores de internet.
- D) É vedada a participação em teletrabalho do servidor que tenha sofrido penalidade disciplinar nos 2 anos anteriores à solicitação ou que tenha sido relotado pelo processo de remoção nos últimos 6 meses.
- E) A superação da meta de produtividade estabelecida para o servidor em teletrabalho implica a formação de banco de horas.

Comentário

Art. 11 (Resolução TJSP nº 850/2021) – É vedada a participação em teletrabalho aos(às) servidores(as) que: I – apresentem contraindicações por motivo de saúde (...); II – tenham sofrido penalidade disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à solicitação; III – tenham sido desligados(as) do teletrabalho nos últimos 6 (seis) meses (...); IV – tenham sido relotados(as) pelo processo de remoção, nos últimos 6 (seis) meses; V – não tenham alcançado conceito positivo na avaliação de desempenho mais recente; VI – estejam no primeiro ano do estágio probatório.

- A) INCORRETA. Art. 11, VI: vedado no primeiro ano do estágio probatório, sem exceção por autorização do gestor.
- B) INCORRETA. Art. 9º, II: nessas unidades o limite é de até 70%. O limite de 50% é o das unidades de primeiro grau, exceto gabinetes (art. 9º, III).
- C) INCORRETA. Arts. 4º, 5º e 20: o teletrabalho não pode gerar despesa ao Tribunal, e os equipamentos ficam a cargo do servidor.
- D) CORRETA. Art. 11, II e IV.
- E) INCORRETA. Art. 9º, X: a superação da meta não implica pagamento de horas extras nem formação de banco de horas.

GABARITO D

43 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com a Resolução TJSP nº 963/2025, que dispõe sobre a governança e a utilização do sistema eproc, assinale a alternativa correta.

- A) Os agravos de instrumento tirados de processos que tramitam pelo eproc serão interpostos no sistema de primeiro grau, que os enviará automaticamente ao sistema de segundo grau, dispensada a juntada de quaisquer peças existentes no processo de primeiro grau.
- B) O cumprimento definitivo de sentença no eproc será iniciado por petição intermediária nos próprios autos da fase de conhecimento.
- C) A identificação do sistema processual correto para a prática de cada ato compete à unidade judicial, que deverá redirecionar as petições equivocadas.
- D) Nos processos criminais, os recursos em sentido estrito que são julgados em segundo grau tramitarão nos próprios autos da ação penal.
- E) Os usuários externos poderão apresentar demandas relacionadas ao sistema eproc diretamente ao Comitê Gestor do eproc.

Comentário

Art. 34 (Resolução TJSP nº 963/2025) – Os agravos de instrumento tirados de processos que tramitam pelo sistema eproc serão interpostos no sistema de primeiro grau, por intermédio do link apropriado, que os enviará automaticamente ao sistema de segundo grau do tribunal competente (...). § 1º – A parte agravante juntará apenas a petição inicial do agravo de instrumento com as suas razões, devendo indicar precisamente a decisão agravada (...), dispensada a juntada de quaisquer peças existentes no processo de primeiro grau.

- A) CORRETA. Art. 34, caput e § 1º.
- B) INCORRETA. Art. 10, § 2º: o cumprimento definitivo de sentença no eproc é iniciado por petição inicial autônoma, na classe “Cumprimento de Sentença”.
- C) INCORRETA. Art. 14: a identificação do sistema correto compete exclusivamente ao peticionante, sob pena de o ato não produzir efeitos.
- D) INCORRETA. Art. 35: tramitam em autos próprios, com distribuição por dependência ao processo originário.
- E) INCORRETA. Art. 8º, parágrafo único: os usuários externos apresentam demandas exclusivamente por meio do Comitê Interinstitucional.

GABARITO A

44 – (Inédita – Padrão Vunesp) Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.111/2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- A) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 24 meses.
- B) a Progressão é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo para o de nível e grau imediatamente superior, dentro da mesma referência.
- C) o Adicional de Qualificação será de 10% em se tratando de título de Doutor e de 12,5% em se tratando de título de Mestre.
- D) os cargos em comissão de Diretor ficam reservados, em sua totalidade, para provimento exclusivo de servidores titulares de cargos efetivos.
- E) o Adicional de Qualificação será de 7,5% em se tratando de certificado de Especialização, não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo, e seus percentuais não são percebidos cumulativamente.

Comentário

Artigo 37-B (LC nº 1.111/2010) – O Adicional de Qualificação – AQ incidirá (...) da seguinte forma: I – 12,5% (...), em se tratando de título de Doutor; II – 10% (...), em se tratando de título de Mestre; III – 7,5% (...), em se tratando de certificado de Especialização; IV – 5% (...), em se tratando de diploma de graduação em curso superior. § 1º – Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente qualquer percentual dentre os previstos nos incisos I a IV (...).

Artigo 37-A, § 1º – O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito ou estiver no mesmo nível de escolaridade para ingresso no cargo efetivo ou em comissão.

- A) INCORRETA. Art. 11: o estágio probatório é de 36 meses.
- B) INCORRETA. A alternativa descreve a **Promoção** (art. 21). **Progressão** (art. 13) é a passagem de um grau para o imediatamente superior, dentro da mesma referência e nível.
- C) INCORRETA. Os percentuais foram invertidos: Doutor, 12,5%; Mestre, 10%.
- D) INCORRETA. Art. 30, IV: para Diretor, a reserva é de 70%. A totalidade vale para Chefe de Seção Judiciário e Chefe de Seção Técnica Judiciário (inciso I).
- E) CORRETA. Arts. 37-A, § 1º, e 37-B, III e § 1º.

GABARITO E

45 – (Inédita – Padrão Vunesp) Com base no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- A) O Conselho Superior da Magistratura é composto exclusivamente pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor Geral da Justiça.
- B) A eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça ocorre na primeira segunda-feira de dezembro do ano em que findarem os mandatos.
- C) O Conselho Superior da Magistratura é composto pelo Presidente do Tribunal, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça, pelo Decano e pelos Presidentes das Seções.
- D) Nos afastamentos, ausências e impedimentos, o Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor Geral da Justiça.
- E) Havendo empate na votação do Conselho Superior da Magistratura, prevalecerá a decisão mais favorável ao interessado.

Comentário

Art. 15 (Regimento Interno do TJSP) – O Conselho Superior da Magistratura é composto pelo Presidente do Tribunal, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça, pelo Decano e pelos Presidentes das Seções. (...) § 2º Havendo empate na votação, prevalecerá o voto do presidente do Conselho.

- A) INCORRETA. A composição inclui também o Decano e os Presidentes das Seções.
- B) INCORRETA. Art. 17: a eleição ocorre na segunda quarta-feira de novembro do ano em que findarem os mandatos.
- C) CORRETA. Reproduz o art. 15.
- D) INCORRETA. Art. 24: o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente e, na falta deste, pelo Decano.
- E) INCORRETA. Art. 15, § 2º: prevalece o voto do presidente do Conselho.

GABARITO C

46 – (Inédita – Padrão Vunesp) De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Tomo I), assinale a alternativa correta.

- A) Os autos de processos físicos não excederão de 300 folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário.
- B) As certidões serão expedidas no prazo de 5 dias, contados do recebimento do pedido pelo ofício de justiça, e nenhum processo ficará sem andamento por mais de 30 dias no aguardo de diligências.
- C) A correição ordinária anual será anunciada por edital com, pelo menos, 5 dias de antecedência.
- D) Os despachos, as decisões interlocutórias e as sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico no prazo máximo de 10 dias, a contar da devolução dos autos em cartório.
- E) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, limitada a 20 processos por dia, para não comprometer a ordem cronológica.

Comentário

Art. 104, § 2º (NSCGJ) – As certidões serão expedidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento do respectivo pedido pelo ofício de justiça (...).

Art. 99 – Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 30 (trinta) dias, no aguardo de diligências (...).

- A) INCORRETA. Art. 89: os autos não excederão de 200 folhas em cada volume.
- B) CORRETA. Arts. 104, § 2º, e 99.
- C) INCORRETA. Art. 8º, § 1º: o edital deve ser publicado com pelo menos 15 dias de antecedência.
- D) INCORRETA. Art. 133: prazo máximo de 3 dias.

E) INCORRETA. Art. 98, § 5º: a conclusão dos autos ao juiz será efetuada diariamente, sem limitação de número.

GABARITO B**ATUALIDADES E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

47 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em 25 de setembro de 2026, o governo federal publicou ato normativo que pôs fim à exploração, à oferta, à intermediação e à publicidade das apostas de quota fixa no país, as chamadas bets, alcançando tanto as apostas esportivas quanto os jogos online. De acordo com a notícia, a proibição foi veiculada por meio de

- A) decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional em regime de urgência.
- B) emenda constitucional promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) medida provisória, tendo o governo elaborado, além dela, projeto de lei para definir conceitos e tipificar crimes relativos às apostas.
- D) resolução do Banco Central que bloqueou as transferências bancárias destinadas às plataformas de apostas.
- E) portaria do Ministério da Fazenda que se limitou a restringir a publicidade das empresas autorizadas.

Comentário

Em 25 de setembro de 2026 foi publicada uma **medida provisória** que acaba com a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa, alcançando apostas esportivas e jogos online e também as concessões estaduais e distritais. Além da MP, o governo elaborou projeto de lei para definir conceitos e tipificar crimes relativos às apostas. Fonte: [Agência Gov.](#)

A), B), D) e E) INCORRETAS. O instrumento foi uma medida provisória, editada pelo Poder Executivo, que proibiu a atividade como um todo, e não apenas a publicidade.

GABARITO C

48 – (Inédita – Padrão Vunesp) A Copa do Mundo FIFA de 2026, disputada no Canadá, no México e nos Estados Unidos, foi a primeira edição do torneio com 48 seleções. De acordo com a notícia, o título ficou com

- A) a Espanha, que venceu a Argentina na final, disputada nos Estados Unidos, e conquistou seu segundo título mundial.
- B) a Argentina, que venceu a Espanha na final e se tornou bicampeã mundial de forma consecutiva.
- C) a França, que venceu o Marrocos na final, disputada no México.
- D) a Inglaterra, que conquistou seu segundo título ao vencer a Argentina nos pênaltis.
- E) a Espanha, que venceu a França na final e conquistou seu primeiro título mundial.

Comentário

A Espanha venceu a Argentina por 1 a 0, com gol na prorrogação, na final disputada em 19 de julho de 2026 no estádio de Nova York/Nova Jersey, nos Estados Unidos. Foi o segundo título mundial espanhol (o primeiro foi em 2010). Fonte: [FIFA](#).

- B) INCORRETA. A Argentina foi a vice-campeã.
- C) e D) INCORRETAS. França e Inglaterra não chegaram à final.
- E) INCORRETA. A adversária na final foi a Argentina, e não foi o primeiro título da Espanha.

GABARITO A

49 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em setembro de 2026, o Ministério da Saúde protocolou pedido de análise para a incorporação ao Sistema Único de Saúde das chamadas canetas emagrecedoras, medicamentos análogos ao

hormônio GLP-1 destinados ao tratamento da obesidade. De acordo com a notícia, o pedido foi encaminhado

A) à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a quem cabe decidir de forma definitiva sobre a incorporação.

B) à Organização Mundial da Saúde (OMS), que precisa autorizar previamente a distribuição gratuita.

C) ao Conselho Federal de Medicina, responsável por aprovar os protocolos clínicos do SUS.

D) à Fundação Oswaldo Cruz, que detém a patente dos medicamentos produzidos no Brasil.

E) à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), cuja avaliação é o primeiro passo para a incorporação.

Comentário

O Ministério da Saúde protocolou o pedido na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) em 24 de setembro de 2026. A análise da Conitec é a primeira etapa; depois do parecer há consulta pública, e só então o Ministério decide sobre a incorporação. Fonte: [Agência Gov.](#)

A) INCORRETA. A Anvisa registra os medicamentos, mas não decide a incorporação ao SUS.

B), C) e D) INCORRETAS. Nenhum desses órgãos recebeu o pedido; a OMS apenas publicou diretriz que embasa a iniciativa.

GABARITO E

50 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considerando o disposto na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

A) O uso do cordão de fita com desenhos de girassóis é obrigatório para que a pessoa com deficiência oculta exerça o direito ao atendimento prioritário.

B) Os direitos relativos ao atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto à restituição de imposto de renda e à tramitação processual prioritária.

C) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se, dependendo o ato de autorização do curador.

D) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição dos benefícios decorrentes de ação afirmativa.

E) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida à pessoa com deficiência é absoluta e prevalece sobre os protocolos de atendimento médico.

Comentário

Art. 9º, § 1º (Lei nº 13.146/2015) – Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

Os incisos VI e VII tratam da restituição de imposto de renda e da tramitação processual prioritária.

A) INCORRETA. Art. 2º-A, § 1º: o uso do cordão de girassóis é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos.

B) CORRETA. Art. 9º, § 1º.

C) INCORRETA. Art. 6º, I: a deficiência não afeta a plena capacidade civil, inclusive para casar-se.

D) INCORRETA. Art. 4º, § 2º: a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios de ação afirmativa.

E) INCORRETA. Art. 9º, § 2º: nos serviços de emergência, a prioridade é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

GABARITO B

MATEMÁTICA

51 – (Inédita – Padrão Vunesp) De um terminal, partem três linhas de ônibus: a primeira a cada 12 minutos, a segunda a cada 18 minutos e a terceira a cada 30 minutos. Às 6 horas da manhã, os três ônibus partiram juntos. Considerando o período das 6h às 18h do mesmo dia, incluídas as partidas desses dois horários, o número de vezes em que as três linhas partirão simultaneamente é

- A) 3.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 5.
- E) 7.

Comentário

As partidas simultâneas se repetem a cada MMC(12, 18, 30) minutos. Fatorando: $12 = 2^2 \times 3$; $18 = 2 \times 3^2$; $30 = 2 \times 3 \times 5$. Logo, $MMC = 2^2 \times 3^2 \times 5 = 180$ minutos = 3 horas.

Partidas simultâneas: 6h, 9h, 12h, 15h e 18h, ou seja, **5 vezes**.

GABARITO D

52 – (Inédita – Padrão Vunesp) Seis escreventes, trabalhando 5 horas por dia, cadastram 900 processos em 3 dias. Mantida a mesma produtividade, o número de dias necessários para que 4 escreventes, trabalhando 6 horas por dia, cadastrem 1.200 processos é

- A) 4.
- B) 4,5.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7,5.

Comentário

Produtividade de cada escrevente por hora: $900 \div (6 \times 5 \times 3) = 900 \div 90 = 10$ processos.

Nova situação: $4 \text{ escreventes} \times 6 \text{ horas} \times 10 \text{ processos} = 240$ processos por dia.

Dias necessários: $1.200 \div 240 = 5$ dias.

GABARITO C

53 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um cartório recebeu um lote de processos para análise. No primeiro dia, foram analisados $2/5$ do total; no segundo dia, $3/4$ dos processos restantes. Ao final do segundo dia, restavam 45 processos a analisar. O número total de processos do lote era

- A) 300.
- B) 250.
- C) 360.
- D) 400.
- E) 450.

Comentário

Após o 1º dia, restam $3/5$ do total. No 2º dia são analisados $3/4$ desse restante, sobrando $1/4 \times 3/5 = 3/20$ do total.

$3/20$ do total = 45 $\rightarrow$ total = $45 \times 20 \div 3 = 300$.

Conferência: 1º dia, 120 processos (restam 180); 2º dia, 135 (restam 45).

GABARITO A

54 – (Inédita – Padrão Vunesp) O preço de um equipamento sofreu um aumento de 20% e, em seguida, um desconto de 25% sobre o novo valor, passando a custar R\$ 225,00. O preço do equipamento, antes do aumento, era

- A) R\$ 225,00.
- B) R\$ 250,00.
- C) R\$ 240,00.
- D) R\$ 270,00.
- E) R\$ 300,00.

Comentário

Fator acumulado: $1,20 \times 0,75 = 0,90$. Logo, $0,90 \times P = 225 \rightarrow P = \text{R\$ } 250,00$.

Conferência: $250 + 20\% = 300$; $300 - 25\% = 225$. A alternativa E (R\$ 300,00) é o preço após o aumento, e não o original.

GABARITO B**INFORMÁTICA**

55 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em um computador com Microsoft Windows 11, em sua configuração original, um usuário selecionou, no Explorador de Arquivos, um arquivo armazenado no disco rígido interno, pressionou as teclas Shift + Delete e confirmou a operação. É correto afirmar que o arquivo

- A) foi enviado para a Lixeira, de onde poderá ser restaurado a qualquer momento.
- B) foi excluído permanentemente, sem passar pela Lixeira.
- C) foi movido para a Área de Transferência, podendo ser colado em outra pasta.
- D) foi compactado em formato .zip na mesma pasta.
- E) permaneceu na pasta de origem, tendo sido criado um atalho para ele na Área de Trabalho.

Comentário

No Windows 11, a tecla Delete envia o item para a Lixeira, enquanto Shift + Delete o exclui permanentemente, sem passar pela Lixeira, após confirmação. As demais alternativas descrevem outras operações (copiar/recortar, compactar, criar atalho).

GABARITO B

56 – (Inédita – Padrão Vunesp) No Microsoft Windows 11, em sua configuração original, assinale a alternativa que associa corretamente o atalho de teclado à sua função.

- A) Windows + E: bloqueia o computador.
- B) Windows + L: abre o Explorador de Arquivos.
- C) Windows + D: abre o aplicativo Configurações.
- D) Windows + I: exibe a Área de Trabalho, minimizando as janelas abertas.
- E) Windows + Shift + S: abre a ferramenta de captura para registrar uma área da tela.

Comentário

Atalho	Função
Windows + E	Abre o Explorador de Arquivos
Windows + L	Bloqueia o computador
Windows + D	Exibe/oculta a Área de Trabalho
Windows + I	Abre as Configurações
Windows + Shift + S	Abre a ferramenta de captura de tela

As alternativas A a D trocaram as funções entre si; apenas a E está correta.

GABARITO E

57 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um usuário do Microsoft Word 365, em sua configuração original, elabora um relatório com orientação Retrato e precisa que apenas uma página, contendo uma tabela larga, fique com orientação Paisagem, mantendo as demais páginas em Retrato. Para isso, ele deve

- A) inserir quebras de seção do tipo Próxima Página, por meio da guia Layout, e alterar a orientação apenas da seção que contém a tabela.
- B) inserir uma quebra de página com Ctrl + Enter antes da tabela, o que permite alterar a orientação apenas da página seguinte.
- C) ativar o recurso Controlar Alterações, na guia Revisão, e alterar a orientação da página desejada.
- D) inserir uma quebra de coluna antes da tabela e girar a tabela em 90 graus.
- E) dividir o conteúdo em dois documentos, pois o Word não permite orientações diferentes em um mesmo arquivo.

Comentário

No Word, a orientação (Retrato/Paisagem) é uma configuração de **seção**. Para ter uma única página em Paisagem, insere-se uma quebra de seção do tipo Próxima Página antes e depois da tabela (guia Layout > Quebras) e altera-se a orientação somente dessa seção.

- B) INCORRETA. A quebra de página não cria nova seção; alterar a orientação afetaria a seção inteira.
- C) INCORRETA. Controlar Alterações registra revisões; não tem relação com orientação.
- D) INCORRETA. Quebra de coluna atua sobre colunas de texto.
- E) INCORRETA. O Word permite orientações diferentes no mesmo documento, por meio de seções.

GABARITO A

58 – (Inédita – Padrão Vunesp) No Microsoft Word 365, em português e em sua configuração original, os atalhos de teclado para centralizar o parágrafo, justificá-lo e aplicar negrito ao texto selecionado são, respectivamente,

- A) Ctrl + C, Ctrl + J e Ctrl + B.
- B) Ctrl + E, Ctrl + G e Ctrl + N.
- C) Ctrl + T, Ctrl + J e Ctrl + N.
- D) Ctrl + E, Ctrl + J e Ctrl + N.
- E) Ctrl + E, Ctrl + J e Ctrl + B.

Comentário

No Word em português: Ctrl + E centraliza, Ctrl + J justifica e Ctrl + N aplica negrito.

Armadilhas das demais alternativas: Ctrl + C copia; Ctrl + B salva (na versão em português); Ctrl + G alinha à direita; Ctrl + T seleciona tudo.

GABARITO D

59 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere a planilha a seguir, elaborada no Microsoft Excel 365, em sua configuração original.

	A	B
1	Setor	Processos
2	Cível	40
3	Criminal	25
4	Cível	35
5	Família	30
6	Criminal	20

Na célula B8, foi digitada a fórmula =SOMASE(A2:A6;"Cível";B2:B6)/CONT.SE(A2:A6;"Criminal"). O resultado exibido em B8 é

- A) 25.
- B) 30.
- C) 37,5.
- D) 45.
- E) 75.

Comentário

- SOMASE(A2:A6;"Cível";B2:B6) soma os valores de B cuja linha tem "Cível" em A: $40 + 35 = 75$.
- CONT.SE(A2:A6;"Criminal") conta as células com "Criminal": 2.

Resultado: $75 \div 2 = 37,5$. A alternativa E (75) corresponde apenas ao numerador.

GABARITO C

60 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em uma planilha do Microsoft Excel 365, em sua configuração original, a célula C2 contém a fórmula =A2*B\$1. Se essa célula for copiada e colada na célula D3, a fórmula resultante em D3 será

- A) =A3*C\$1
- B) =A2*C\$1
- C) =A3*B\$1
- D) =B3*C\$1
- E) =A3*C1

Comentário

De C2 para D3, desloca-se 1 coluna à direita e 1 linha para baixo. O cifrão fixa apenas a parte da referência que ele antecede.

- \$A2: a coluna A está fixa e a linha varia de 2 para 3, resultando em \$A3.
- B\$1: a coluna varia de B para C e a linha 1 está fixa, resultando em C\$1.

Fórmula em D3: =A3*C\$1.

GABARITO A

61 – (Inédita – Padrão Vunesp) Um servidor que utiliza o Microsoft Outlook 365, em sua configuração original, precisa enviar uma mesma mensagem a diversos destinatários externos, sem que cada um deles visualize os endereços de e-mail dos demais. Para isso, deve inserir os endereços no campo

- A) Para.
- B) Cc.

- C) Assunto.
- D) De.
- E) Cco.

Comentário

O campo Cco (cópia carbono oculta) envia a mensagem sem que os destinatários vejam os endereços uns dos outros. Em Para e Cc, todos os endereços ficam visíveis. Assunto e De não recebem destinatários.

GABARITO E

62 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta o termo de pesquisa a ser digitado no Google, em sua configuração-padrão, para localizar páginas que contenham a expressão exata teletrabalho de servidores, apenas no site tjsp.jus.br.

- A) teletrabalho de servidores +tjsp.jus.br
- B) "teletrabalho de servidores" site:tjsp.jus.br
- C) "teletrabalho de servidores" -tjsp.jus.br
- D) teletrabalho OR servidores site tjsp.jus.br
- E) "teletrabalho de servidores" filetype:tjsp.jus.br

Comentário

As aspas forçam a busca pela expressão exata, e o operador site: restringe os resultados ao domínio indicado.

- A) INCORRETA. Sem aspas não há busca exata, e "+" não restringe o site.
- C) INCORRETA. O sinal "-" exclui o termo, o oposto do pretendido.
- D) INCORRETA. OR busca uma palavra ou outra, e "site" sem dois-pontos é lido como palavra comum.
- E) INCORRETA. filetype: filtra tipos de arquivo (pdf, docx), e não sites.

GABARITO B

63 – (Inédita – Padrão Vunesp) Durante uma reunião no Microsoft Teams, em sua configuração original, um participante deseja exibir aos demais, em tempo real, o conteúdo de uma janela aberta em seu computador. O recurso adequado para essa finalidade é

- A) Levantar a mão.
- B) Reações.
- C) Salas de grupo.
- D) Compartilhar conteúdo, selecionando a tela ou a janela desejada.
- E) Legendas ao vivo.

Comentário

O botão Compartilhar (conteúdo) permite exibir a tela inteira ou uma janela específica aos participantes. Levantar a mão e Reações são formas de interação; Salas de grupo dividem os participantes em reuniões menores; Legendas ao vivo transcrevem a fala.

GABARITO D

RACIOCÍNIO LÓGICO

64 – (Inédita – Padrão Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação logicamente equivalente à seguinte:

Se o processo foi distribuído, então o escrevente fez o cadastro.

- A) Se o escrevente fez o cadastro, então o processo foi distribuído.
- B) Se o processo não foi distribuído, então o escrevente não fez o cadastro.
- C) O processo não foi distribuído ou o escrevente fez o cadastro.
- D) O processo foi distribuído e o escrevente não fez o cadastro.
- E) O processo foi distribuído ou o escrevente não fez o cadastro.

Comentário

Seja p = “o processo foi distribuído” e q = “o escrevente fez o cadastro”, a proposição é $p \rightarrow q$. Equivalências: $p \rightarrow q \equiv \sim p \vee q \equiv \sim q \rightarrow \sim p$.

- A) INCORRETA. $q \rightarrow p$ é a recíproca, que não é equivalente.
- B) INCORRETA. $\sim p \rightarrow \sim q$ é a inversa, que não é equivalente.
- C) CORRETA. $\sim p \vee q$.
- D) INCORRETA. $p \wedge \sim q$ é a **negação** da condicional.
- E) INCORRETA. $p \vee \sim q$ equivale a $q \rightarrow p$.

GABARITO C

65 – (Inédita – Padrão Vunesp) Uma negação lógica da afirmação *Todos os candidatos estudaram Direito Penal* é:

- A) Pelo menos um candidato não estudou Direito Penal.
- B) Nenhum candidato estudou Direito Penal.
- C) Todos os candidatos não estudaram Direito Penal.
- D) Algum candidato estudou Direito Penal.
- E) Nenhum candidato deixou de estudar Direito Penal.

Comentário

A negação de “Todo A é B” é “Algum (pelo menos um) A não é B”. Basta um candidato que não tenha estudado para tornar a afirmação original falsa.

- B) e C) INCORRETAS. São afirmações mais fortes (contrárias), e não a negação.
- D) INCORRETA. É compatível com a afirmação original.
- E) INCORRETA. É equivalente à afirmação original.

GABARITO A

66 – (Inédita – Padrão Vunesp) Sabe-se que são verdadeiras as afirmações *O prazo venceu* e *A decisão transitou em julgado*, e que é falsa a afirmação *O recurso foi interposto*. Com base nessas informações, é verdadeira a proposição:

- A) O prazo venceu e o recurso foi interposto.
- B) Se o prazo venceu, então o recurso foi interposto.
- C) Se o prazo venceu ou o recurso foi interposto, então a decisão não transitou em julgado.
- D) O prazo não venceu ou o recurso foi interposto.
- E) O prazo venceu e, se o recurso foi interposto, então a decisão transitou em julgado.

Comentário

Valores: “o prazo venceu” (P) = V; “o recurso foi interposto” (R) = F; “a decisão transitou em julgado” (T) = V.

A) $P \wedge R = V \wedge F = F$.

B) $P \rightarrow R = V \rightarrow F = F$.

C) $(P \vee R) \rightarrow \sim T = V \rightarrow F = F$.

D) $\sim P \vee R = F \vee F = F$.

E) $P \wedge (R \rightarrow T) = V \wedge (F \rightarrow V) = V \wedge V = \mathbf{V}$. Lembre-se: a condicional com antecedente falso é sempre verdadeira.

GABARITO E

67 – (Inédita – Padrão Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- Todo escrevente é servidor público.
- Nenhum servidor público é estagiário.
- Alguns servidores públicos são bacharéis em Direito.

A partir dessas afirmações, é necessariamente verdadeiro que

A) algum escrevente é bacharel em Direito.

B) nenhum escrevente é estagiário.

C) todo servidor público é escrevente.

D) algum bacharel em Direito é estagiário.

E) nenhum bacharel em Direito é estagiário.

Comentário

Em diagramas, o conjunto dos escreventes está contido no dos servidores, e este não tem elemento comum com o dos estagiários. Logo, nenhum escrevente é estagiário.

A) INCORRETA. Os bacharéis que são servidores podem não ser escreventes.

C) INCORRETA. A inclusão é dos escreventes nos servidores, e não o inverso.

D) e E) INCORRETAS. Nada se sabe sobre bacharéis que não são servidores: eles podem ou não ser estagiários.

GABARITO B

68 – (Inédita – Padrão Vunesp) Na sequência numérica 2, 5, 11, 23, 47, ..., criada com um padrão lógico, a soma do 6º com o 7º termo é igual a

A) 238.

B) 282.

C) 190.

D) 286.

E) 382.

Comentário

Cada termo é o dobro do anterior mais 1: $2 \rightarrow 5 \rightarrow 11 \rightarrow 23 \rightarrow 47 \rightarrow \mathbf{95} \text{ (6º)} \rightarrow \mathbf{191} \text{ (7º)}$.

Soma: $95 + 191 = \mathbf{286}$.

GABARITO D

69 – (Inédita – Padrão Vunesp) Uma comissão de 3 membros será formada a partir de um grupo de 5 escreventes e 4 oficiais de justiça. O número de comissões diferentes que podem ser formadas com exatamente 2 escreventes é

- A) 30.
- B) 60.
- C) 40.
- D) 84.
- E) 20.

Comentário

Escolha de 2 escreventes entre 5: $C(5,2) = (5 \times 4) \div 2 = 10$. Escolha de 1 oficial entre 4: $C(4,1) = 4$.

Total: $10 \times 4 = 40$ comissões. A alternativa D (84) é $C(9,3)$, o total de comissões sem restrição.

GABARITO C

70 – (Inédita – Padrão Vunesp) Em um grupo de 80 servidores, 45 fizeram um curso de Excel, 38 fizeram um curso de Word e 12 não fizeram nenhum desses dois cursos. O número de servidores que fizeram os dois cursos é

- A) 15.
- B) 12.
- C) 18.
- D) 23.
- E) 25.

Comentário

Fizeram pelo menos um curso: $80 - 12 = 68$.

Pelo princípio da inclusão-exclusão: $45 + 38 - x = 68 \rightarrow x = 15$.

GABARITO A

GABARITO

01 B	02 E	03 A	04 C	05 E	06 C	07 D	08 E	09 A	10 D
11 A	12 D	13 C	14 B	15 C	16 E	17 C	18 A	19 E	20 B
21 D	22 E	23 A	24 C	25 D	26 B	27 A	28 D	29 B	30 E
31 C	32 B	33 E	34 A	35 D	36 C	37 D	38 B	39 E	40 A
41 C	42 D	43 A	44 E	45 C	46 B	47 C	48 A	49 E	50 B
51 D	52 C	53 A	54 B	55 B	56 E	57 A	58 D	59 C	60 A
61 E	62 B	63 D	64 C	65 A	66 E	67 B	68 D	69 C	70 A

Distribuição das respostas: A = 15 · B = 13 · C = 15 · D = 13 · E = 14

Disciplina	Questões	Total	Acertos
Língua Portuguesa	01 a 16	16	
Direito Penal	17 a 21	5	
Direito Processual Penal	22 a 26	5	
Direito Constitucional	27 a 31	5	
Direito Processual Civil	32 a 36	5	
Direito Administrativo	37 a 41	5	
Legislação Interna	42 a 46	5	
Atualidades e Direitos da Pessoa com Deficiência	47 a 50	4	
Matemática	51 a 54	4	
Informática	55 a 63	9	
Raciocínio Lógico	64 a 70	7	
Total		70	